



ACADEMIA MILITAR

O Programa Escola Segura na prevenção da violência escolar

**Autor: Aspirante-Aluno de Infantaria da GNR Rui Pedro dos Santos
Óscar Pinto**

**Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Marco Paulo Almeida
de Rodrigues Gonçalves**

Mestrado Integrado em Ciências Militares especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2017



ACADEMIA MILITAR

O Programa Escola Segura na prevenção da violência escolar

**Autor: Aspirante-Aluno de Infantaria da GNR Rui Pedro dos Santos
Óscar Pinto**

**Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Marco Paulo Almeida
de Rodrigues Gonçalves**

Mestrado Integrado em Ciências Militares especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2017

EPÍGRAFE

“Violência não é um sinal de força, a violência é um sinal de desespero e fraqueza.” (Gyatso, 2001).

DEDICATÓRIA

Aos meus familiares, em especial aos meus pais e irmãos,
Aos meus camaradas e amigos,
Por todo o apoio prestado ao longo de todo o meu percurso académico.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho de investigação é fruto, essencialmente, do empenho e do esforço individual daquele que se propõe fazê-lo, mas representa igualmente, os muitos contributos e apoios recebidos de um conjunto de pessoas que direta ou indiretamente se viram envolvidos no projeto.

Assim, ciente da limitação das palavras, aproveito para expressar os meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que me acompanharam e que, de alguma forma, contribuíram com o seu saber científico e/ou dedicação pessoal para a concretização deste trabalho:

Ao meu Orientador, Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR, Marco Gonçalves pelo saber, disponibilidade e pela confiança transmitida na concretização deste trabalho.

Aos Diretores dos Agrupamentos de Escolas que permitiram a concretização do estudo, e pela receptividade em aceitarem ser entrevistados, pois os seus consentimentos e testemunhos foram imprescindíveis para este trabalho.

Ao Major Poiares, Chefe da Repartição de Programas Especiais do Comando Operacional - GNR, pela receptividade em sere entrevistado e por todas as explicações em matérias as que me eram desconhecidas.

Aos militares, pela sua disponibilidade em me receberem, facultarem as entrevistas, apresentando o funcionamento da Secção de Programa Especiais do Destacamento de Vila Franca de Xira e pelos contributos indispensáveis para a realização deste trabalho.

Aos alunos que participaram e contribuíram para a realização do estudo prático, pois, sem a sua participação, este trabalho não teria sido possível.

Aos meus colegas do XXII Curso da Guarda Nacional Republicana, em especial ao Miguel Mendes, Miguel Diamantino, Daniel Amaral, Francisco Patrício e João Marques, com quem partilhei momentos inesquecíveis.

À Academia Militar, instituição de excelência, pelos conhecimentos e valores transmitidos.

À Mariana Casimiro, pelo incentivo e apoio ao longo da realização deste relatório.

À minha família, em que cada um, à sua maneira, contribuiu decisivamente para a concretização deste meu projeto pessoal. Pelo estímulo e apoio incondicional, quero que sintam que este trabalho tem também um pouco de todos vós.

RESUMO

O presente relatório científico intitulado “O Programa Escola Segura na prevenção da violência escolar” apresenta-se como um estudo de caso que tem como objetivo uma avaliação / caracterização da forma como se concretiza, ao nível territorial, a articulação entre o Programa Escola Segura e as ações desenvolvidas pelas escolas na prevenção da violência escolar, identificando os bloqueios e as potencialidades de colaboração, as linhas de atuação mais aferidas. e um possível contributo para futuros mecanismos de prevenção na zona de ação do Destacamento de Vila Franca de Xira.

A violência escolar tornou-se um problema social surgindo de novas formas, pelo que, urge criar respostas urgentes e intervenções eficazes. A crescente divulgação das ocorrências de violência nas escolas pelos meios de comunicação, social levou a que este problema adquirisse uma visibilidade pública, transformando-se numa questão relevante no debate político e educativo. Derivado das mudanças que surgiram ao nível do enquadramento social e da própria criminalidade, surgiu o modelo de policiamento de proximidade. A Guarda Nacional Republicana, com vista a preservar o bem-estar e a segurança das crianças e jovens que integram as nossas escolas, implementou o “Programa Escola Segura” de forma a promover uma cultura de segurança nas escolas.

Limitou-se este estudo de caso aos alunos com idades compreendidas entre os 9 e os 16 anos, a frequentar o 2º e 3º ciclo em dois estabelecimentos de ensino que integram a área de jurisdição do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira. Desta forma, não se pretende extrapolar quaisquer resultados a nível regional ou mesmo nacional.

Para responder à questão central, foram formuladas questões derivadas e hipóteses, cujas respostas foram encontradas nas entrevistas e questionários realizados. Após a recolha e análise das referidas entrevistas e questionários, concluímos que existe uma articulação consolidada e eficaz do Núcleo da Escola Segura (NES) com os órgãos de gestão das escolas e que ao longo dos anos, a sua intervenção tem potenciado a prevenção da violência escolar. Evidenciaram-se igualmente alguns constrangimentos relacionados com um patrulhamento regular aos estabelecimentos, uma formação dos militares no âmbito do Programa e um número de efetivos e de recursos afetos ao Programa.

Palavras-chave: Violência, Escola Segura, prevenção e GNR

ABSTRACT

This scientific report entitled "The Safe School Program in the prevention of School Violence" is presented as a case study that aims at an evaluation / characterization of how the articulation between the Safe School Program and the actions developed by schools in the prevention of school violence, identifying the blockages and potentialities of collaboration, the lines of action and other contributions to future prevention mechanisms in the zone of action of Vila Franca de Xira Detachment.

School violence has become a social problem emerging in new ways, that is why, it is urgent to create urgent responses and effective interventions. The increasing dissemination of the occurrences of violence in schools by means of social media, has led to this problem becoming publicly visible, becoming a relevant issue in the political and educational debate. Because of the changes that have arisen in the level of the social framework and of the criminality came the model of proximity policing. The National Republican Guard, because of the appearance of this proximity policing model, with a view to preserve the well-being and safety of the children and young people that integrate our schools, implement the "Safe School Program" in order to promote a safety culture in schools.

Considering that a school community is too broad, this case study is limited to students aged between 9 and 16 years old, attending the 2nd and 3rd cycle in two sets of educational establishments that integrate the Territorial Detachment of Vila Franca de Xira. In this way, it is not intended to extrapolate any results at regional or even national level.

To answer the central question, derived questions and hypotheses were formulated, whose answers were found in interviews and questionnaires. After the collection and analysis of interviews and questionnaires, it is concluded that there is a consolidated and effective articulation of the Nucleus of the Safe School (NSS) with the school management bodies and that over the years, their intervention has fostered the prevention of school violence.

School has also shown some constraints related with regular patrols of the school establishments, training of the military in the scope of the program, and the number of personnel and resources allocated to the program.

Key-words: Violence, Safe School, prevention and GNR

ÍNDICE GERAL

EPIGRAFE	I
DEDICATÓRIA	II
ABSTRACT	V
ÍNDICE GERAL	VI
ÍNDICE DE FIGURAS	IX
ÍNDICE DE TABELAS	X
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	XI
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	XII
INTRODUÇÃO	1
PARTE I — REVISÃO DA LITERATURA E ENQUADRAMENTO	4
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL	4
1.1. CONFLITO	4
1.2. INDISCIPLINA	5
1.3. VIOLÊNCIA	6
1.4. VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	7
CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO LEGAL	10
2.1. CRIMINALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR	10
2.2. LEI TUTELAR EDUCATIVA	11
2.3. LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO (LPCJP)	13
CAPÍTULO 3. PROGRAMA ESCOLA SEGURA	15
3.1. PROGRAMAS ESPECIAIS	15
3.2. PROGRAMA ESCOLA SEGURA	16
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	19
4.1. MÉTODO DE ABORDAGEM	19
4.2. PERGUNTA DE PARTIDA, PERGUNTAS DERIVADAS E HIPÓTESES	19
4.3. TÉCNICAS, PROCEDIMENTOS E MEIOS UTILIZADOS	20
4.4. ENTREVISTA	21

4.5.	INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	22
4.6.	LOCAL E DATA DA PESQUISA E RECOLHA DE DADOS	23
4.7.	COMPOSIÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DA AMOSTRAGEM	23
4.8.	DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E RECOLHA DE DADOS.....	24
4.9.	FERRAMENTAS DA RECOLHA DE DADOS E PROGRAMAS INFORMÁTICOS.....	24
CAPÍTULO 5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....		25
5.1.	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	25
5.2.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO TIPO 1	25
5.3.	ANÁLISE DA ENTREVISTA DO TIPO 2	28
5.4.	ANÁLISE DA ENTREVISTA DO TIPO 3	29
5.5.	CONCLUSÃO DA ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	31
5.6.	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS AOS ALUNOS	31
5.6.1.	Caracterização da amostra	32
5.6.2.	Vitimização em contexto escolar.....	33
5.6.3.	Eficácia das ações de sensibilização realizadas.....	35
5.6.4.	Perceção sobre a atuação dos militares do NES e sentimento de segurança.....	37
5.6.5.	Conclusão da análise dos questionários.....	39
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES		41
VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES.....		41
RESPOSTA ÀS PERGUNTAS DERIVADAS		42
RESPOSTA À PERGUNTA DE PARTIDA		43
CONFIRMAÇÃO DOS OBJETIVOS DE INVESTIGAÇÃO		44
CONSIDERAÇÕES FINAIS		44
LIMITAÇÕES		45
BIBLIOGRAFIA E CITAÇÕES.....		47
APÊNDICES		I
APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO		II
APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 1		IV
APÊNDICE C – GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 2		VI

APÊNDICE D – GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 3	VIII
APÊNDICE E – ANÁLISE QUALITATIVA DE RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO TIPO 1	X
APÊNDICE F – ANÁLISE QUALITATIVA DE RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO TIPO 2	XIV
APÊNDICE G – ANÁLISE QUALITATIVA DE RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO TIPO 3	XVII
APÊNDICE H – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	XIX
APÊNDICE I - RELAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO COM O GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 1	XXI
APÊNDICE J – RELAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO COM O GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 2	XXIII
APÊNDICE K - RELAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO COM O GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 3	XXV
ANEXOS	XXVII
ANEXO A - AUTORIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS PELA DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO	XXVIII

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA N.º 1 - DADOS ESTATÍSTICOS DE OCORRÊNCIAS EM AMBIENTE ESCOLAR	9
FIGURA N.º 2 - GÉNERO DA ESCOLA EB D. ANTÓNIO DE ATAÍDE	32
FIGURA N.º 3 - GÉNERO ESCOLA EB DE VIALONGA	32
FIGURA N.º 4 – RESPOSTA À QUESTÃO N.º 4 DA ESCOLA EB D. ANTÓNIO ATAÍDE.....	33
FIGURA N.º 5 – RESPOSTA À QUESTÃO N.º 4 DA ESCOLA EB DE VIALONGA.....	33
FIGURA N.º 6 – RESPOSTA À QUESTÃO N.º 5 DA ESCOLA EB D.ANTÓNIO DE ATAÍDE.....	33
FIGURA N.º 7 – RESPOSTA À QUESTÃO N.º 5 DA ESCOLA EB DE VIALONGA.....	33
FIGURA N.º 8 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 6 DA ESCOLA EB D. ANTÓNIO ATAÍDE.....	34
FIGURA N.º 9 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 6 DA ESCOLA EB DE VIALONGA	34
FIGURA N.º 10 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 7 DA ESCOLA EB D. ANTÓNIO ATAÍDE.....	34
FIGURA N.º 11 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 7 DA ESCOLA EB DE VIALONGA	34
FIGURA N.º 12 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 8 DA ESCOLA EB D. ANTÓNIO ATAÍDE.....	35
FIGURA N.º 13 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 8 DA ESCOLA EB DE VIALONGA	35
FIGURA N.º 14 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 9 DA ESCOLA EB D. ANTÓNIO ATAÍDE.....	36
FIGURA N.º 15 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 9 DA ESCOLA EB DE VIALONGA	36
FIGURA N.º 16 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 10 DA ESCOLA EB D. ANTÓNIO ATAÍDE.....	36
FIGURA N.º 17 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 10 DA ESCOLA EB DE VIALONGA	36
FIGURA N.º 18 - RESPOSTA À QUESTÃO Nº 11 DA ESCOLA EB D. ANTÓNIO ATAÍDE.....	37
FIGURA N.º 19 - RESPOSTA À QUESTÃO Nº 11 DA ESCOLA EB DE VIALONGA	37
FIGURA N.º 20 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 12 DA ESCOLA EB D. ANTÓNIO ATAÍDE.....	38
FIGURA N.º 21 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 12 DA ESCOLA EB DE VIALONGA	38
FIGURA N.º 22 - RESPOSTA À QUESTÃO Nº13 DA ESCOLA EB D. ANTÓNIO ATAÍDE	38
FIGURA N.º 23 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 13 DA ESCOLA EB DE VIALONGA	38
FIGURA N.º 24 - RESPOSTA À QUESTÃO Nº14 DA ESCOLA EB D. ANTÓNIO ATAÍDE	39
FIGURA N.º 25 - RESPOSTA À QUESTÃO N.º 14 DA ESCOLA EB DE VIALONGA	39
FIGURA N.º 26 - AUTORIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS PELA DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO	XXVIII

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA N.º 1 - ANÁLISE QUALITATIVA DE RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO TIPO 1	X
TABELA N.º 2 - ANÁLISE QUALITATIVA DE RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO TIPO 2	XIV
TABELA N.º 3 - ANÁLISE QUALITATIVA DE RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO TIPO 3	XVII
TABELA N.º 4 - QUADRO RESUMO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO E DO GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 1	XXI
TABELA N.º 5 - QUADRO RESUMO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO E DO GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 2	XXIII
TABELA N.º 6 - RELAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO COM O GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 3	XXV

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de apresentação

APÊNDICE B – Guião de entrevista do tipo 1

APÊNDICE C – Guião de entrevista do tipo 2

APÊNDICE D – Guião de entrevista do tipo 3

APÊNDICE E – Análise qualitativa de resultados das entrevistas do tipo 1

APÊNDICE F – Análise qualitativa de resultados das entrevistas do tipo 2

APÊNDICE G – Análise qualitativa de resultados das entrevistas do tipo 3

APÊNDICE H – Inquérito por questionário

APÊNDICE I – Relação das questões de investigação com o guião de entrevista do tipo 1

APÊNDICE J – Relação das questões de investigação com o guião de entrevista do tipo 2

APÊNDICE K - Relação das questões de investigação com o guião de entrevista do tipo 3

ANEXOS

ANEXO A - Autorização da aplicação dos questionários pela Direção geral da Educação

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

CG	Comando Geral
CO	Comando Operacional
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CTER	Comando Territorial
DGE	Direção Geral da Educação
DO	Direção Operacional
GNR	Guarda Nacional Republicana
IUM	Instituto Universal Militar
LPCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
LTE	Lei Tutelar Educativa
MP	Ministério Público
NCS	Núcleo Comércio Seguro
NEP	Normas de Execução Permanente
NES	Núcleo Escola Segura
NIS	Núcleo Idoso em Segurança
PES	Programa Escola Segura
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RPE	Repartição de Programas Especiais
SOTRP	Secção de Operações, Treino e Relações Públicas
SPE	Secção de Programas Especiais

INTRODUÇÃO

A presente investigação tem como propósito dar cumprimento ao disposto no regime jurídico do Decreto-Lei n.º 249/2015 de 28 de Outubro, que aprova a orgânica do ensino superior militar, consagrando as suas especificidades no contexto do ensino superior, e aprova o Estatuto do Instituto Universitário Militar (IUM), que integra a Academia Militar, cujo artigo 10.º conjugado com o designado no n.º 3 do artigo 18.º do Decreto-Lei 74/2006 de 24 de março, alterado pelos Decretos-Leis n.º 107/2008, de 25 de junho, n.º 230/2009, de 14 de setembro e n.º 115/2013, de 7 de agosto, que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, estabelecem que “No ensino universitário, o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar que o estudante adquira uma especialização de natureza académica com recurso à atividade de investigação (...)”. Este trabalho tem ainda como objetivo, desenvolver a criatividade e a iniciativa através de metodologias científicas no âmbito da investigação (Academia Militar, 2015).

A violência escolar tornou-se um problema social surgindo sob novas formas (J. Sebastião, Alves, & Campos, 2010), pelo que, urge criar respostas e intervenções prementes e eficazes. A crescente divulgação das ocorrências de violência nas escolas, pelos meios de comunicação social, levou a que este problema adquirisse uma maior visibilidade pública, transformando-se numa questão relevante e recorrente no debate político e educativo atual. Neste âmbito, fez-se notar, a partir dos anos 70, um aumento crescente das investigações sobre esta temática, passando a considerar-se como centrais, tanto os quadros culturais em que a violência se produz, como os contextos normativos e organizacionais em que os todos os atores desenvolvem a sua ação.

Neste contexto, a escolha deste tema teve como fundamento a própria vivência do autor, enquanto aluno numa escola do concelho de Vila Franca de Xira, onde presenciou durante o seu percurso académico alguns atos de violência no contexto escolar, sentindo, na altura, dificuldade em compreender e contextualizar tais comportamentos.

Consequentemente, algumas questões foram emergindo no seu pensamento, designadamente quanto à existência e adequação de possíveis formas de intervenção, que fossem ao encontro das necessidades de jovens em idades pré-adolescentes e adolescentes que apresentem comportamentos com registos de violência, emergindo o interesse em

refletir de que forma a intervenção dos militares do Núcleo Escola Segura (NES) contribui para a prevenção da violência escolar.

A problemática deste trabalho centra-se nas ocorrências relacionadas com ofensas à integridade física em contexto escolar e nas respostas por parte da Guarda Nacional Republicana (GNR), no âmbito do Programa Escola Segura, na prevenção destas ocorrências, identificando potencialidades e vulnerabilidades, formulando como pergunta de partida: **De que forma a intervenção dos militares da GNR, que integram o Núcleo da Escola Segura do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira em articulação com os órgãos de gestão das escolas potencia a prevenção da violência escolar?**

Para alcançar as metas desta investigação, definimos como objetivo geral avaliar, entre outras, caracterizando a forma como se concretiza, ao nível territorial, a articulação entre o Programa Escola Segura e as ações desenvolvidas pelas escolas, na prevenção da violência escolar e delineamos como Objetivos Específicos (OE), que apresentam um carácter mais concreto, objetivo e possuem uma utilidade que permite aplicar o estudo a situações particulares (Marconi & Lakatos, 2003):

- OE1: Percecionar se as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Escola Segura potenciam a prevenção da violência escolar.
- OE2: Analisar as conceções e práticas de intervenção desenvolvidas pelos militares da GNR do Núcleo da Escola Segura no âmbito do Programa.
- OE3: Identificar as potencialidades e os bloqueios na articulação dos diferentes representantes institucionais (militares e comunidade escolar).

Para o desenvolvimento desta investigação e de forma a garantir a prossecução dos objetivos específicos, foram desenvolvidas questões derivadas, que se enunciam no Capítulo 4- Metodologia, métodos e materiais.

O presente trabalho foi estruturado segundo as normas para a redação de trabalhos de investigação publicadas pela Academia Militar (2016) e segundo os contributos do Tenente Coronel GNR Cavalaria Marco Gonçalves. O trabalho em referência encontra-se dividido em três partes, nomeadamente, Parte I – Enquadramento teórico, Parte II – Parte Prática e capítulo das Conclusões e recomendações, que se interligam entre si.

Realizada a introdução onde é exposto o problema de investigação, as perguntas de investigação e os objetivos a que o investigador se propõe atingir, na Parte I surge o enquadramento teórico, constituído por três capítulos, nos quais se faz alocação aos conceitos essenciais relacionados com a violência, ao respetivo enquadramento legal e ao Programa Escola Segura.

Posteriormente, segue-se a Parte II, constituída por dois capítulos, nos quais são explanados, a metodologia e os procedimentos utilizados para a recolha de dados durante a realização do trabalho de campo e elucidados os dados recolhidos, bem como é feita uma análise e interpretação dos mesmos.

Com base na Parte I e Parte II, são apresentadas as conclusões e as respostas às perguntas de investigação, sendo efetuada a confirmação da veracidade das hipóteses e, numa fase final, são apresentadas propostas para investigações futuras.

PARTE I — REVISÃO DA LITERATURA E ENQUADRAMENTO

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

O presente capítulo ostenta uma breve análise dos conceitos de conflito, indisciplina e violência.

Estes conceitos não possuem uma só definição. São vários os autores que os definem, todos eles com diferentes perspetivas, pelo que, para uma melhor compreensão do seu significado, procurámos fazer uma conjugação de todas elas, de forma a termos uma perceção mais abrangente dos mesmos.

1.1. Conflito

Existem diversas definições de conflito, contudo encontramos conceitos comuns na maioria das definições. Para Delobbe et al (2005), o conflito deve ser compreendido pelas partes envolvidas, em que a existência ou não do conflito é uma questão de perceção. Se ninguém tiver noção de sua existência, costuma-se estabelecer que ele não existe.

Podemos verificar que o significado deste conceito está sempre relacionado com uma dissociação de partes que se opõem. Perante uma visão mais científica do conceito de conflito, assistimos de novo a posicionamentos negativos, embora alguns autores apresentem já uma aceção mais aberta e o considerem como inevitável à vida humana, entendendo como dever do educador ensinar a gerir esses conflitos vivenciais de forma a construir uma aprendizagem social congruentemente positivista (Maria & Pacheco, 2006).

Jares é um desses autores, que adianta uma definição suficientemente alargada e abrangente: “fenómeno de incompatibilidade entre pessoas ou grupos, e está relacionado tanto com questões estruturais como com as mais pessoais” (2002, p. 43).

Um pouco mais adiante, este autor especifica o carácter social do conceito: “o conflito é um fenómeno dinâmico, dialético (...), é um processo social que percorre determinado itinerário com subidas e descidas de intensidade, com os seus modos de inflexão”(Jares,

2002, p. 43). Porém, existem outros investigadores que assumem uma perspectiva mais positiva e apresentam outro tipo de definição, como Ortega Ruiz:

“conflito é uma situação de diferença de critério, de interesses ou de posição pessoal face a uma situação que afeta mais do que um indivíduo. Quando pessoas têm um estatuto social semelhante e capacidade para se enfrentarem na dita situação, estão em condições de afrontar conflitos e de resolvê-los criativamente” (Amado & Freire, 2002, p. 24).

De modo mais preciso, Amado & Freire apontam o cerne da questão afirmando que “o problema não está no conflito em si, mas na sua má gestão”(Amado & Freire, 2002, p. 23).

Podemos então definir conflito, como “um processo que tem início quando uma das partes percebe que a outra parte afeta, ou pode afetar, negativamente, alguma coisa que a primeira considera importante.” (Delobbe, Herrbach, Lacaze, & Mignonac, 2005).

1.2. Indisciplina

O conceito de indisciplina não é algo estático nem uniforme, relaciona-se com um conjunto de valores e expectativas que variam ao longo da história e entre diferentes culturas. Se procurarmos a origem do termo indisciplina consegue-se conotar e relacionar a proveniência com outro termo, a disciplina, que segundo o dicionário Priberam da Língua Portuguesa significa “submissão e obediência à autoridade; ação dirigente de um mestre; obediência a um conjunto de regras explícitas ou implícitas” (Dicionário Priberam, 2013).

Para melhor compreendermos o termo indisciplina é necessário primeiramente compreender o conceito de disciplina. Segundo Içami Tiba “a palavra disciplina carrega em si um peso de autoritarismo e de falta de diálogo”(Tiba, 2005, p. 180) . Este autor criou a Teoria da Integração Relacional, que aponta como pilares da disciplina, a gratidão, a ética, a cidadania e a religiosidade. Assumindo a disciplina como “o conjunto de regras éticas utilizadas para atingir um objetivo”(Tiba, 2005, p. 180).

Destacamos assim, que este autor apresenta uma perspectiva bastante ampla e abrangente deste conceito, considerando que a disciplina não é algo que depende somente de um indivíduo, mas sim das relações sociais que, por sua vez, dependem do momento e da cultura dos indivíduos envolvidos.

Ainda que excluindo voluntariamente o significado mais negativo do termo, somos forçados a reconhecer uma certa carga de autoritarismo presente e a consequente condução a um valor de quase abandono do diálogo. Isto é, a realidade referente a disciplina pressupõe

atitudes e comportamentos que se baseiam no cumprimento sem pôr em causa, a não discussão da lógica ou ilógica do facto em questão (Maria & Pacheco, 2006).

Uma das possíveis definições de disciplina enquadra-a num conjunto de regras democráticas com que os alunos se devem sentir comprometidos, para que o respeito seja natural e não haja imposições. Acentuando esse facto, acresce que a adolescência é de facto uma fase de descoberta, de teste de limites e de experimentação, em que algo que seja imposto causa imediatamente uma rejeição, apenas por ter um carácter de obrigatoriedade. Assim surgem, da parte de alguns adolescentes, comportamentos usualmente apelidados de atos de indisciplina (Maria & Pacheco, 2006).

Assim sendo, segundo o Dicionário de Língua Portuguesa, indisciplina surge como um sinónimo de falta de disciplina, desobediência e rebeldia. Amado & Freire frisam inclusive que, “na escola, como em qualquer organização social, os conceitos de disciplina e de indisciplina estão associados à necessidade de os seus membros se regerem por normas e regras de conduta e de funcionamento que facilitem quer a integração de cada pessoa no grupo-classe, e na organização em geral, quer a convivência social decorrente da definição de um quadro de expectativas que tornem os comportamentos previsíveis” (Amado & Freire, 2002, p. 7).

1.3. Violência

Diversos autores que têm estudado o tema da violência têm procurado conceituá-la, e isto não é tarefa fácil, pois as diversas formas e intensidades que este fenómeno assume torna-o muito complexo (Alves & Montoya, 1996).

“A violência representa um comportamento mais brutal que a indisciplina. Esta, por sua vez, tal como o conflito, nem sempre pressupõe uma agressão”(Ribeiro, 2007, p. 32). “Qualquer tentativa de caracterização dos alunos que manifestam um comportamento agressivo para com os seus colegas leva forçosamente a considerar um amplo conjunto de aspetos de ordem pessoal, familiar, sociocultural, mas também escolar” (Amado & Freire, 2002, p. 67). Não é possível falar de violência ou caracterizá-la sem que atendamos aos múltiplos fatores que envolvem a circunstância do ato violento praticado (Grácio, 2011).

Por fim, vamos clarificar o terceiro conceito que está diretamente interligado com os dois conceitos anteriores, visto que, a violência é uma consequência possível de conflitos graves decorrentes de eventuais atos de indisciplina.

Segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (Dicionário Priberam, 2013), a violência é um comportamento deliberado que pode causar danos físicos ou psíquicos ao próximo. É importante ter em conta que, para além da agressão física, a violência pode ser emocional através de ofensas ou ameaças. Como tal, a violência pode causar tanto sequelas físicas como psicológicas.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) define a violência como “o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação («Violência: um problema global de saúde pública * Violence: a global public health problem *», 2009).

Segundo Sebastião, a violência entende " os atos caracterizados pela agressão intencional, seja esta física ou psicossocial, podendo assumir formas reativas/afetivas ou proativas/instrumentais”(João Sebastião, 2013).

Tognetta também salienta as questões morais presentes na violência, destacando, inclusive, o respeito como fator essencial neste sentido. A autora destaca que os sujeitos que praticam violência não respeitam o outro, uma vez que não mantém por si um autorrespeito (Alves & Montoya, 1996).

Existem alguns elementos fundamentais para compreender toda a envolvimento da violência escolar. Um deles é considerar que este fenómeno não se limita apenas à escola enquanto instituição, mas também pode ocorrer no trajeto de ida e volta, ou em locais de passeio fora das instalações escolares. Adiantam também, que a violência escolar pode ocorrer entre alunos, funcionários, pais e outros indivíduos (Stelko-Pereira & Williams, 2010).

Ao utilizar o termo violência escolar é importante identificar e focar o local de ocorrência das situações de violência, quem são os intervenientes, se estes são os autores, as vítimas e/ou testemunhas do episódio de violência, a tipologia das ações de violência e se os episódios violentos possuem alguma especificidade, como o *bullying* e o *cyberbullying* (Stelko-Pereira & Williams, 2010).

1.4. Violência nas Escolas

A vida de um indivíduo é constituída por vários ciclos de desenvolvimento global, no qual a infância e a adolescência constituem mais do que ciclos, são fases especiais onde ocorrem várias mudanças no indivíduo, conduzindo-o à maturidade dentro dos parâmetros

considerados normais no ciclo do desenvolvimento do ser humano. Ao longo deste, poderão haver obstáculos que influenciam esta escalada rumo a uma vida adulta independente, autónoma, responsável e saudável, principalmente aqueles que se relacionam com a construção da autoestima (Mendes, 2010).

A violência apresenta-se como um desses obstáculos, de tal forma que é hoje considerada como crescente no mundo e um problema de saúde pública, com sérias consequências individuais e sociais (Krug *et al.*, 2002).

Ao abordarmos a violência contra crianças e adolescentes e a interligarmos aos ambientes onde ele ocorre, a escola e o seu ambiente surgem como um espaço pouco explorado em relação ao comportamento agressivo entre os estudantes. A escola apresenta-se como um dos mais importantes agentes socializadores para os jovens, mas pode vir a tornar-se num local indesejado e temido pelos mesmos, levando a que estes tenham um sentimento de insegurança quando se encontram dentro desta. Perante estas circunstâncias, a probabilidade de insucesso escolar, comprometimentos físicos e emocionais aumentam substancialmente (Mendes, 2010).

Uma criança que seja vítima de maus tratos de forma habitual e frequente poderá desencadear problemas relacionados com distúrbios de ansiedade, depressão crónica e até mesmo suicídio (Smith, Pepler, & Rigby, 2004).

Os estudos noruegueses sobre esta questão concluem que uma criança vítima de violência em meio escolar pode apresentar quatro vezes maior risco de vir a cometer uma tentativa de suicídio em comparação com outras crianças (Olweus, 1993).

Tendo em conta as consequências que este fenómeno causa na vida e saúde dos jovens, torna-se urgente a implementação de estratégias de intervenção para a prevenção e redução de condutas agressivas entre os jovens alunos, criando diretrizes no caminho da intervenção psicopedagógica e modelos de intervenção a nível familiar e escolar. De uma forma geral, é possível alcançar melhores resultados se existir uma intervenção precoce, mas para que tal seja possível é necessário identificar estas situações, onde professores, auxiliares, pais e forças de segurança têm um papel fundamental (Mendes, 2010).

Aos olhos dos jovens alunos, os professores e auxiliares são vistos como alguém que está pouco informado sobre a questão da violência e por isso são vistos pelos alunos como incapazes de resolver o problema, o que leva a maioria das vítimas a não lhes comunicarem quando são alvos de agressões na escola (Mendes, 2010).

Contribui também para este sofrimento silencioso o facto de terem medo de retaliações (Pereira, 2002).

Ao analisarmos o Relatório Anual de Segurança Interna de 2016, constatamos que, as forças de segurança registaram 7.553 ocorrências no âmbito escolar, das quais 63% foram de natureza criminal. Em comparação com os dados do ano letivo 2014/2015 verifica-se um aumento das ocorrências em ambiente escolar, em cerca de 6,2%, bem com das ocorrências de natureza criminal, em cerca de 0,5% (Sistema de Segurança Interna [SSI], 2015).

Dados GNR/PSP	Ano letivo 2014/15	Ano letivo 2015/16	Dif	Var%
Total de ocorrências em ambiente escolar (criminais e não criminais)	7.110	7.553	443	6,2 %
Ocorrências de natureza criminal (interior da escola)	3.400	3.348	-52	-1,5 %
Ocorrências de natureza criminal (exterior da escola)	1.368	1.444	76	5,6 %
Total de ocorrências de natureza criminal	4.768	4.792	24	0,5 %

Figura n.º 1 - Dados estatísticos de ocorrências em ambiente escolar.

Fonte: RASI (2016).

CAPÍTULO 2. ENQUADRAMENTO LEGAL

Neste capítulo é feita uma breve análise ao enquadramento legal referente à violência em ambiente escolar.

É feita uma análise à proposta de Lei nº46/XI/2.^a, que tinha como intuito integrar a violência escolar no âmbito dos crimes à integridade física. Visto que esta caducou é depois feita uma análise às duas leis que enquadram juridicamente a violência escolar, a Lei Tutelar Educativa e a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.

2.1. Criminalização da violência escolar

A criminalização da violência escolar não é consensual entre os estudiosos desta questão. Alguns entendem tratar-se de um problema da Comunidade Escolar e que deve ser resolvido nesse âmbito (“School bullying’ – A (des)necessidade da criminalização da violência escolar | Jornal Penal,” s/d.), condenado a atitude de chamar a polícia para resolver os conflitos na escola, pois isso “exime a mesma (escola) da sua responsabilidade educativa e criminaliza os conflitos impossibilitando a partir daí, o diálogo entre as partes”(Mary, Paula, Maria, & Salles, 2010, p. 93), o que motiva um distanciamento entre professores, alunos e famílias, abrindo as hostilidades. Existem ainda, os que referem tratar-se de uma “perseguição penal” de questões que apenas se resolvem com outro tipo de respostas (Grácio, 2011).

Os jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos (até 15 anos e 364 dias), ainda que inimputáveis nos termos da lei penal, gozam de uma legislação especial, que consta do Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro, e da Lei n.º 166/99, de 14 de setembro, que aprova a Lei Tutelar Educativa (LTE). Nunca existiu uma medida que fizesse face aos atos que têm atingido indiscriminadamente alunos, docentes e auxiliares, pelo que, era necessária uma resposta efetiva que penalizasse especialmente aqueles que praticam atos criminosos em ambientes escolares.

A resposta mais estruturada a nível penal surgiu em dezembro de 2010 com a Proposta de Lei nº46/XI/2.^a, apresentada pelo XVIII Governo Constitucional à Assembleia da República. Apesar de ter sido uma iniciativa legislativa que caducou, integrava no

catálogo dos crimes contra a integridade física, um novo tipo de crime, o crime de violência escolar («O bullying e a lei » Educare - O Portal de Educação», 2015).

No “crime de violência escolar”, o bem jurídico que se pretende proteger é o ambiente escolar, sendo que, a escola apresenta-se como centro de ensino e aprendizagem, que depende da garantia efetiva dos direitos de liberdade e segurança para que consiga cumprir o exercício cabal da sua função social (Grácio, 2011). Assim, para cumprir o objetivo de garantir a efetividade dos direitos de liberdade e segurança, esta proposta de lei criminalizava a conduta dos membros da comunidade escolar que, de modo reiterado ou não, infligissem maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade e ofensas sexuais, a um qualquer membro da comunidade escolar a que pertenciam. Estava previsto também a sanção deste tipo de condutas quando praticadas por pais dos alunos e seus ascendentes até ao 3.º grau ou por quem fosse titular do exercício de responsabilidades parentais contra membros da comunidade escolar («O bullying e a lei » Educare - O Portal de Educação», 2015).

As penas iam de um a cinco anos de prisão, podendo ser agravadas nos seus limites mínimo e máximo para dois ou oito anos de prisão, no caso de ser ofensa à integridade física grave ou se da mesma resultasse a morte da vítima, a pena prevista era de três a dez anos de prisão.

“Um dos efeitos mais relevantes desta proposta era a possibilidade, criada pela tipificação do crime de violência escolar, de aplicar medidas tutelares educativas aos agentes menores com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos de idade que, por esse facto, são inimputáveis para efeitos da lei penal.” («O bullying e a lei » Educare - O Portal de Educação», 2015).

Os casos de violência escolar são situações complexas, uma vez que os crimes são cometidos por jovens com idades inferiores a 16 anos (artigo 19.º do Código Penal) pelo que, estes não podem ser punidos penalmente, mas “existem diferentes instrumentos jurídicos destinados a combater este fenómeno.” («O bullying e a lei » Educare - O Portal de Educação», 2015).

2.2. Lei Tutelar Educativa

A idade de responsabilidade penal, em Portugal, situa-se nos dezasseis anos, sendo considerados de inimputáveis os menores dessa idade, segundo dispõe o artigo 19.º do Código Penal. Devido à falta de responsabilidade penal destes menores, caso já tenham doze

anos, ficam sujeitos às medidas tutelares educativas presentes na Lei Tutelar Educativa (LTE).¹

Só é possível o recurso à justiça juvenil se os atos praticados se qualificarem como crime pela lei penal e não outro tipo de factos ou comportamentos praticados pelos jovens. Outro tipo de comportamentos ou factos que não sejam punidos penalmente, mas que sejam designados como comportamentos antissociais não remetem para a LTE, mas sim para a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP).

“A intervenção tutelar é desencadeada quando se dá prova de facto qualificado como crime e que a criança ou jovem beneficiará de educação para o direito.”(Filipa & Hervet, 2016)

O tribunal depois irá aplicar a medida tutelar que melhor representa o interesse do menor (artigo 6.º, nº3 da LTE), tendo em conta a personalidade do jovem, a sua inserção familiar e social e também a educação para o direito daquele menor (artigo 6.º, nº4 da LTE).

Segundo o artigo 2.º da LTE, as medidas tutelares educativas têm como finalidade a educação do menor para o direito e a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade. Estas medidas são aplicadas pelo magistrado, tendo que ser adequadas e suficientes para a realização dos fins de intervenção tutelar educativa. A aplicação destas medidas pode prolongar-se até o jovem completar vinte e um anos, momento em que cessa obrigatoriamente.²

O processo tutelar educativo inicia-se com a denúncia da prática de um crime, ou seja, inicia-se com a notícia do crime através da denúncia (artigo 72º e 73º, LTE).

O artigo 51º da LTE prevê os casos que é possível proceder à detenção de um menor: flagrante delito, detenção para presença perante o juiz, de modo a realizar interrogatório ou aplicação de medida cautelar e detenção para sujeitar o menor a perícia psiquiátrica ou de personalidade.

O Ministério Público (MP) é responsável pela abertura do inquérito efetuando posteriormente um conjunto de diligências com o objetivo de investigar a “existência de um crime e determinar a necessidade de educação do jovem para o direito, com vista à decisão sobre a aplicação de medida tutelar” (artigo 74º, nº2 LTE).

Durante a fase do inquérito, o MP pode pedir a colaboração dos serviços de reinserção social e, especialmente, dos órgãos de polícia criminal que têm um papel fulcral na procura

¹ Artigo 1º da LTE.

³ Artigo 5º da LTE.

de informações relativas ao menor, ou seja, sobre a sua situação familiar, educativa e social. Os órgãos de polícia criminal são também responsáveis pela elaboração de relatórios sociais ou perícias sobre a personalidade do menor. De acordo com o disposto nos artigos 72º n.º 4 e 73º n.º 1 e 2 da LTE, quando um órgão de polícia criminal recebe uma denúncia, deve comunicar, no mais curto prazo, ao MP e sempre que possível, acompanhada de informação sobre a conduta anterior do menor, bem como da sua situação familiar, educativa e social. Se não for possível facultar esta informação juntamente com a denúncia, esta deve ser apresentada no prazo máximo de oito dias.

2.3. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP)

Analisando a Lei n.º 147/99 de 1 de setembro, constatamos que foi criada com o objetivo de promover os direitos e proteção das crianças e jovens que se encontrem em situação de perigo, relativamente à sua segurança, formação, educação ou desenvolvimento.

A intervenção deve atender prioritariamente ao interesse superior da criança e do jovem, deve ocorrer no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da vida privada da criança e do jovem, assegurar a responsabilidade parental e garantir a obrigatoriedade da informação à criança e ao jovem, aos pais, ao representante legal ou à pessoa que tenha a sua guarda de facto («Legislação protecção de crianças - Crianças vs Riscos/Perigos - CNPCJR», (s/d)).

No art.º 4.º da LPCJP podemos verificar os princípios orientadores da intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo. Este artigo destaca na sua alínea a) o interesse superior da criança e do jovem está ligado ao processo de intervenção que deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, e, tal como referido no artigo 6º da LPCJP, estas intervenções, a promoção dos direitos e a proteção da criança e jovem, estão incumbidas às entidades com competência em matéria de infância e juventude, isto é, às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e aos tribunais.

É no n.º 1 do seu artigo 13º que é feita referência aos órgãos de polícia criminal, referindo que “as entidades policiais têm o dever de colaborar com as comissões de proteção no exercício das suas atribuições”, ou seja, as forças de segurança devem adequar o seu procedimento de forma a salvaguardar os interesses da criança em situação de perigo.

Nesta lei, a intervenção policial deve, sempre que encontrar situações de perigo no decorrer do exercício das suas funções, comunicar às entidades com competência em matéria

de infância e juventude e às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em risco. De igual modo, segundo o artigo 66º da LPCJP, qualquer pessoa que tenha conhecimento de situações de perigo pode comunicá-las às entidades policiais.

A LPCJP refere no n.º 3 do artigo 91º que

“quando exista perigo atual ou iminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança ou do jovem, e na ausência de consentimento dos detentores das responsabilidades parentais ou de quem tenha a guarda de facto, qualquer das entidades referidas no art.º 7º ou a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) tomam as medidas adequadas para a proteção imediata e solicitam a intervenção do tribunal ou das entidades policiais”.

Este artigo expressa que numa situação de perigo iminente e atual, em que existe comprometimento da saúde física ou psicológica da criança ou do jovem é sempre solicitada a intervenção das entidades policiais, de forma a que, estas garantam a sua proteção. O n.º 2 do mesmo artigo determina ainda que as entidades policiais devem dar conhecimento imediato ao Ministério Público.

É importante referir que em 31 de janeiro de 2001 foi emitida uma circular pelo CG/GNR que determinou a representação da GNR nas CPCJ e que esta fosse assumida pelos comandantes dos destacamentos territoriais, ou em caso do seu impedimento, delegado nos seus respetivos adjuntos. Caso existam outras CPCJ na zona de ação do Destacamento Territorial a representação da GNR deve ser assumida pelo Comandante de Posto (Copeto, 2009, p. 18).

CAPÍTULO 3. PROGRAMA ESCOLA SEGURA

3.1. Programas Especiais

No seu enquadramento geral, a Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 3.58 de 06 de abril de 2011, destaca que as mudanças que existem ao nível do enquadramento social e da própria criminalidade tornam o cidadão mais exigente para com aqueles que lhe prestam serviços, designadamente as forças de segurança, referenciando a importância do policiamento de proximidade. Esta informação pormenorizada possibilitou a potenciação dos Comandos Territoriais com o poder de previsão e antecipação, o que permite dar respostas válidas, com maior empenhamento e profissionalismo, face aos novos desafios. Os Programas Especiais têm como missão oferecer ao cidadão um serviço de qualidade, de forma a garantir o sentimento de segurança na população local.

A NEP n.º 3.58 de 06 de abril de 2011 GNR/CO/DO tem por finalidade regular o funcionamento dos Programas Especiais da Guarda Nacional Republicana em toda a sua estrutura. A presente NEP apresenta a seguinte estrutura:

- No Comando Operacional (CO), a Repartição de Programas Especiais (RPE) encontra-se integrada na Divisão de Emprego Operacional da Direção de Operações do Comando Operacional;
- No Comando Territorial (CTER) existe um oficial para a área dos Programas Especiais que se encontra na Secção de Operações de Treino e Relações Públicas (SOTRP);
- Nos Destacamentos Territoriais, as SPE são constituídas por três núcleos, o NES, o Núcleo Comércio Seguro (NCS) e o Núcleo Idoso em Segurança (NIS), podendo ser criados outros.

A repartição de programas especiais tem como principais competências: proceder ao estudo e apresentar propostas de organização dos Programas Especiais da Guarda; elaborar, difundir e assegurar a coordenação do cumprimento das diretivas e orientações relativas aos Programas Especiais; elaborar dados estatísticos relativos às atividades desenvolvida pelos programas especiais e assegurar a ligação da Guarda com instituições e organismos

responsáveis pelos vários programas especiais (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2011).

A NEP n.º 3.58 estipula que uma Secção de Programas Especiais (SPE) deve ser organizada tendo em contas as características da zona de ação do Destacamento Territorial e as suas exigências. O seu efetivo deve ser por referência, de sete a dez militares e integrar, preferencialmente, militares de ambos os sexos. As SPE têm como competências, de um modo geral, desenvolver diversas atividades no âmbito dos programas especiais e promover o contacto próximo com a comunidade local. Por fim, dentro das SPE, existem vários núcleos, sendo um deles o Núcleo Escola Segura que devem colocar em prática as linhas orientadoras definidas pela NEP n.º 3.58. Os NES devem ser o elo de ligação privilegiado da Guarda Nacional Republicana com a comunidade escolar e de uma forma geral, diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas e promover uma cultura de segurança nas mesmas (Guarda Nacional Republicana [GNR], 2011).

3.2. Programa Escola Segura

As escolas são um espaço privilegiado de liberdade, convívio e segurança onde se reproduzem os valores fundamentais de uma sociedade democrática. Porém, a existência de comportamentos desviantes e/ou antissociais podem gerar junto de professores, alunos e pais, uma perceção das escolas como um meio social violento e antissocial, que poderão ter repercussões negativas no processo de aprendizagem e nas dinâmicas de socialização em espaço escolar (Ministério da Administração Interna [MAI], 2006).

Para que as escolas possam oferecer um ensino de qualidade e auxiliar os alunos no seu desenvolvimento intelectual, emocional e social, é necessário manter um ambiente favorável, ou seja, um ambiente escolar sem violência ou insegurança. E para que seja possível o exercício do direito à educação, um direito constitucionalmente consagrado, “têm sido desenvolvidas ações neste domínio, através do Programa Escola Segura, um instrumento de atuação preventiva, que visa reduzir ou erradicar as situações de violência e insegurança nas escolas e meio envolvente”(Ministério da Administração Interna [MAI], 2006).

No ano de 1992, algumas escolas consideradas prioritárias, ou seja, escolas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se

manifestam, passaram a beneficiar de presença policial em permanência junto à entrada, de forma a garantir a segurança dos espaços exteriores das escolas, com o objetivo de melhorar as suas condições de segurança (“Polícia de Segurança Pública: Programas Especiais: Escola Segura,” (s/d)).

Surgiu assim o Programa Escola Segura (PES), mediante protocolo celebrado entre o Ministério da Administração Interna e o Ministro da Educação no ano de 1992, sendo que, os objetivos prioritários do PES, bem como os seus princípios estratégicos e a estrutura organizacional de coordenação só foram definidos no Despacho Conjunto nº105 – A/2005 de 2 de fevereiro, tendo sido alvo de reavaliação e republicado em Despacho Conjunto nº25649/2006 de 29 de novembro.

A estrutura organizacional do PES foi posteriormente regulamentada pelo Despacho n.º 25 650/2006, de 19 de dezembro, que referindo no seu artigo 2.º que

“O Programa constitui um modelo de atuação pró-ativo, centrado nas escolas, que visa garantir a segurança, prevenindo e reduzindo a violência, comportamentos de risco e incivildades, bem como melhorar o sentimento de segurança no meio escolar e envolvente, com a participação de toda a comunidade” (Ministério da Administração Interna [MAI], 2006).

O PES inclui todos os estabelecimentos de educação e ensino, públicos, privados e cooperativos de todo o território nacional, com exceção dos estabelecimentos do ensino superior. Pretende-se também consolidar o PES como fomentador de iniciativas e projetos direcionados para a promoção de valores de cidadania e de civismo no meio escolar, tendo em vista contribuir para um desenvolvimento mais harmonioso das crianças e jovens (Poiars, 2012).

O PES define como objetivos prioritários: promover uma cultura de segurança nas escolas; fomentar o civismo e a cidadania, contribuindo deste modo para a afirmação da comunidade escolar enquanto espaço privilegiado de integração e socialização; diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas; determinar, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e/ou de ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes; promover, de forma concertada com os respetivos parceiros a realização de ações de sensibilização e de formação sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar; recolher informações e dados estatísticos e realizar estudos que permitam dotar as entidades competentes de um conhecimento objetivo sobre a violência, os sentimentos de insegurança e a vitimização na comunidade educativa (Poiars, 2012).

Os NES e PES são entendidos como um primeiro nível de atuação policial numa perspetiva de sensibilização pedagógica, com vista à prevenção da criminalidade. Estes

núcleos são constituídos por elementos que executam este serviço quase em exclusividade, não impedindo, no entanto, que os restantes elementos das forças de segurança, no cumprimento do seu serviço intervenham quando necessário (Poiares, 2012).

Os princípios estratégicos em que o programa assenta são a territorialização do programa ao nível local, centrando-o nas escolas, com a participação ativa de toda a comunidade; a promoção e o desenvolvimento de parcerias quer ao nível nacional, quer ao nível local; a formação destinada a todos os elementos da comunidade educativa e aos elementos das forças de segurança envolvidos no programa e a monitorização dos fenómenos de violência, comportamentos de risco e incivilidades nas escolas (Poiares, 2012).

PARTE II — PARTE PRÁTICA

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

Após concluída a primeira parte do trabalho (Enquadramento teórico), inicia-se com este capítulo a segunda parte do trabalho de investigação.

O presente capítulo contém a descrição do método de abordagem utilizado, as técnicas, os procedimentos e os meios empregues para atingir os objetivos, o local e a data onde ocorreram as pesquisas de dados, a amostra utilizada, a forma como esta foi selecionada e os procedimentos e ferramentas utilizados para a condução da recolha de dados.

4.1. Método de abordagem

Para Quivy & Campenhoudt (2008, p.25), o método não é mais do que “formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados”.

A presente investigação teve como estrutura basilar o método hipotético-dedutivo proposto por Karl Popper, que se baseia na formulação de hipóteses que melhor explicam os fenómenos.

Por conseguinte, segundo Quivy & Campenhoudt (2008), uma boa forma de contornar as dificuldades associadas à investigação científica começa por enunciar o projeto de investigação sob a forma de uma pergunta de partida. De seguida, de forma a responder à pergunta de partida, formulam-se hipóteses que serão testadas e permitem a possível aceitação temporária da conjectura formulada.

4.2. Pergunta de partida, perguntas derivadas e hipóteses

O desenvolvimento da investigação iniciou com a formulação da pergunta de partida: **"De que forma a intervenção dos militares da GNR, que integram o Núcleo da Escola Segura do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira em articulação com os órgãos de gestão das escolas potencia a prevenção da violência escolar?"**

Após a formulação da pergunta de partida, de maneira a dar-lhe suporte e a delimitar e fundamentar o estudo, bem como dar suporte a esta, surgiram as perguntas derivadas, que a seguir se elencam:

Pergunta derivada 1: **De que forma o NES do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira se articula com o órgão de gestão da escola?**

Pergunta derivada 2: **Qual é a articulação existente entre o NES e a comunidade escolar, para a prossecução dos objetivos das ações desenvolvidas?**

Pergunta derivada 3: **Será que os professores e alunos percecionam da mesma forma a intervenção dos militares do NES na prevenção da violência escolar?**

A estruturação de uma investigação em torno de hipóteses (H), “constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor” (Quivy, R, & Campenhoudt, 2008, p. 199). As hipóteses são “proposições conjecturais ou suposições que constituem respostas possíveis às questões de investigação” (Sarmiento, 2013, p.13). Procurando a verificação de determinados acontecimentos, foram elaboradas as seguintes hipóteses:

H1- Os militares do NES mantêm um contacto regular com a comunidade escolar o que transparece uma imagem de segurança (Articulação com a direção).

H2- As ações são implementadas de forma articulada entre os diferentes representantes institucionais (militares e comunidade escolar) e têm uma estratégia dirigida para reduzir eficazmente a violência escolar (Como é feito o trabalho concreto: ações, demonstrações, outras).

H3 – Os professores e alunos têm perceções diferentes relativamente à intervenção dos militares do NES na prevenção da violência escolar (perceção da atuação, quando veem e se difere entre publico alvo).

4.3. Técnicas, procedimentos e meios utilizados

Segundo Quivy & Campenhoudt (2008), a importância do procedimento na investigação científica é “uma forma de progredir em direção a um objetivo”, procedimento este, que possui como pilares basilares, três conceitos como meio de garantir a fidelidade na prossecução da investigação: a rutura, a construção e a verificação.

Quanto aos procedimentos, técnicas e meios utilizados, adotaram-se as diretrizes e os princípios explanados nas obras de Quivy & Campenhoudt (2008) e Sarmiento (2013).

Assim sendo, segundo Sarmiento (2013) “o investigador terá de recolher dados primários, após concluir que os dados secundários não permitem a informação necessária

à prossecução dos seus objetivos de investigação”. Para tal, optou-se por um conjunto de diferentes tipos de fontes de dados e de instrumentos de investigação mista, como a análise documental, a entrevista e o inquérito por questionário.

4.4. Entrevista

O recurso à entrevista, quando corretamente valorizado, permite “ao investigador retirar (...) informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados (Quivy, R, & Campenhoudt, 2008, p. 192). Neste âmbito, a elaboração da entrevista, como método de recolha de dados primários necessários à prossecução da investigação, respeitou os métodos e os procedimentos enunciados por Sarmento (2013). É importante ressaltar que foram realizadas a diferentes entidades e por isso, foram estruturados três tipos de guiões, formulados com diferentes questões e direcionados para as diferentes funções de cada entidade.

Todas as entrevistas foram exploratórias semiestruturadas, o que permitiu ao entrevistado responder às questões pela ordem que melhor entendesse, verbalizando a sua opinião e podendo falar de outros assuntos relacionados com as perguntas (Sarmento, 2013), facto que exige a elaboração de um guião. Em seguida, procedeu-se à sua validação com o objetivo de certificar que as questões estavam bem elaboradas e que convergiam para os objetivos da investigação. Esta validação foi feita pelo Tenente Coronel de Cavalaria GNR Marco Gonçalves e por dois diretores de agrupamentos de escola, cujos contributos permitiram alterar determinados aspetos relacionados com estruturação frásica e seleção das questões para as diferentes entidades.

A necessidade de se elaborarem diferentes guiões para diferentes entidades, deve-se ao facto de um dos objetivos da presente investigação ser comparar se as ações de intervenção por parte do Programa Escola Segura têm o impacto esperado nas comunidades escolares, bem como, verificar os pontos fortes e fracos deste programa. Assim sendo foi necessário entrevistar os professores, os militares envolvidos no programa e os alunos, principal alvo do programa.

As entrevistas do tipo 1 foram dirigidas aos diretores. Neste âmbito, como é o diretor que representa a entidade “escola” e estabelece a articulação com os militares do Núcleo da Escola Segura foram entrevistados os diretores de dois agrupamentos de escolas que integram o Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira.

As entrevistas do tipo 2 foram direcionadas para os militares que lidam diariamente como as escolas. Apesar das patrulhas do Destacamento de Vila Franca de Xira contemplarem as escolas do destacamento, este trabalho é feito mais afincadamente pelos militares que compõem o Núcleo Escola Segura de Vila Franca de Xira. Por essa razão foram entrevistados os militares que pertencem a este núcleo.

A entrevista do tipo 3 foi elaborada e direcionada ao Chefe da Repartição de Programas Especiais do Comando Operacional - GNR, o que constituiu um valioso contributo no aprofundamento da implementação do programa ao longo destes anos.

Feita a respetiva validação, procedeu-se à elaboração das entrevistas em forma presencial, privilegiando -se a comunicação direta.

O conteúdo da entrevista “será objeto de uma análise de conteúdo sistemática, destinada a testar as hipóteses do trabalho” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 192). As entrevistas foram estruturadas, de forma a analisar a ação da Escola Segura na prevenção da violência escolar, os fatores que influenciam a ocorrência deste tipo de crime em ambiente escolar, a identificação de pontos fortes e fracos e melhorias para o futuro.

4.5. Inquérito por questionário

O inquérito por questionário “permite recolher os dados, os quais após a sua introdução numa base de dados e a aplicação adequada de métodos de análise, originam informações, que se consubstanciam em resultados” (Sarmento, 2013, p. 67), que visam “a verificação de hipóteses teóricas (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 188).

O questionário é de administração direta, dado que é preenchido pelo inquirido (Quivy & Campenhoudt, 2008). As questões são do tipo fechadas da categoria de resposta única com uma questão mista no final do mesmo

O questionário foi aplicado a alunos que frequentam o ensino básico. Foram selecionadas aleatoriamente duas turmas, do 6º ao 9ºano, num total de 350 alunos. A escolha destes graus de ensino deveu-se ao facto de ser é nestes anos que se verifica a maior incidência de ocorrências de violência escolar. Foram selecionadas duas escolas que se situam em zonas geográficas diferentes, diferido quanto ao número de alunos, dimensão, tipologia das instalações e contextos sociais.

Esta ferramenta foi utilizada com o intuito de obter informações por parte dos alunos em relação ao facto de já terem sido, ou não, vítimas de violência escolar, do seu sentimento

de segurança em ambiente escolar, relação com os militares da Escola Segura e participação em ações de prevenção e sensibilização.

O questionário realizado aos alunos foi validado pelo Tenente Coronel de Cavalaria Marco Gonçalves, pelo Diretor do Agrupamento de Escolas Professor Nuno Santos e pela Diretora do Agrupamento de Escolas D. António de Ataíde Professora Carla Ferro. A sua aplicação foi devidamente autorizada, pela Direção Geral da Educação (DGE) (ver anexo A).

4.6. Local e data da pesquisa e recolha de dados

As entrevistas presenciais decorreram entre os dias 01 março e 20 de abril de 2017, nos agrupamentos de Escolas de Vialonga e D. António de Ataíde (Castanheira do Ribatejo), respetivamente, no destacamento de Vialonga e no Comando Geral.

A recolha de dados através do inquérito por questionário, validados e autorizados pela Direção Geral da Educação, foi feita através da sua entrega em suporte de papel aos alunos nas duas escolas e realizados entre os dias 1 e 27 de abril de 2017, procedendo-se depois à sua análise. Os encarregados de educação dos alunos participantes assinaram uma autorização para que estes pudessem participar no estudo e responder aos mesmos.

4.7. Composição e justificação da amostragem

Para que possamos alcançar o seu objetivo principal é relevante conseguir compreender os três pontos de vista das entidades que se encontram intrinsecamente envolvidas na problemática da violência em ambiente escolar, sendo elas os militares afetos ao Programa Escola Segura, os diretores responsáveis pelos agrupamentos de escolas pertencentes à zona de ação do Destacamento de Vila Franca de Xira e os alunos.

As entrevistas do tipo 1 foram aplicadas aos diretores dos agrupamentos de escolas de Vialonga e Castanheira do Ribatejo.

As entrevistas do tipo 2 foram aplicadas aos militares do Programa Escola Segura do Destacamento de Vialonga e à Comandante do Destacamento de Vialonga.

A entrevista do tipo 3 foi aplicada ao Major Poiares, Chefe da Repartição de Programas Especiais do Comando Operacional – GNR,

No que concerne aos questionários, considerando que não era viável aplica-los a todos os alunos que frequentam escolas do ensino básico, abrangidas pelo Programa Escola Segura da GNR, optou-se por recorrer a uma amostra representativa da população escolar

dos agrupamentos de escolas que integram o NES do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira.

4.8. Descrição dos procedimentos de análise e recolha de dados

Quanto às entrevistas procedeu-se a um conjunto de etapas de forma a enquadrar os entrevistados com os objetivos da presente investigação. Antes da realização das mesmas, foi endereçada uma carta de apresentação (Apêndice A), que enquadrou o tema, sendo depois utilizados os guiões de entrevistas para as diferentes entidades (Apêndice B, C, D). Durante a realização da entrevista foi solicitada autorização para a sua gravação, para posterior tratamento do conteúdo.

Para a aplicação e envio dos inquéritos por questionário, estes foram entregues em formato de papel acompanhados pela respetiva autorização para participação no estudo ao diretor do agrupamento de escolas que posteriormente os entregou aos diretores de turma, para que estes os distribuíssem pelas turmas selecionadas para devido preenchimento, sendo sempre garantido o seu anonimato.

4.9. Ferramentas da recolha de dados e programas informáticos

Relativamente à redação do trabalho de investigação recorremos ao software Microsoft Word versão 2016. Nas citações, assim como na bibliografia recorreu-se ao gestor de referências Mendeley. Para o processamento de dados e respetivo tratamento no que concerne à criação de gráficos e tabelas recorremos ao software Microsoft Office Excel versão 2016.

As entrevistas foram gravadas utilizando-se um programa de gravação (*Dictafone*) incluído num telemóvel iPhone 5.

CAPÍTULO 5. APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Concluída a parte I do trabalho de investigação (Enquadramento Teórico) e após a explicitação da metodologia utilizada, inicia-se o presente capítulo com a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos a partir dos instrumentos de investigação utilizados.

Esta parte do trabalho apresenta e descreve, detalhadamente, todo o trabalho empírico realizado, com uma ordem lógica, incluindo os resultados obtidos e respetiva discussão (Sarmiento, 2013).

5.1. Análise das entrevistas

Após a audição de todas as entrevistas às diferentes entidades, procedeu-se à sua análise. Os guiões de entrevista, apesar de diferentes, integraram questões análogas e para estas utilizou-se uma análise qualitativa (Sarmiento, 2013).

Pretendemos, agora, elucidar e resumir os aspetos essenciais das respostas dos inquiridos às questões elencadas nos diferentes guiões de entrevista, procedendo-se a uma análise qualitativa de conteúdo para cada questão, estando estas organizadas em quadros de análise (qualitativa) de conteúdo elaborados para cada questão (Apêndices E, F, G).

De forma a alcançar uma investigação objetiva foram selecionadas as frações mais importantes, de forma a evitar o excesso de informação, para alcançar os objetivos propostos, juntando as respostas de todos os entrevistados, para facilitar a posterior análise e interpretação.

As questões de resposta aberta que compõem os guiões, tiveram por base as questões de investigação. (Apêndice I, J, K)

5.2. Análise e discussão de resultados das entrevistas do tipo 1

Relativamente à questão nº 1 **“Quais as formas de manifestação de violência que se registam neste agrupamento?”**, importa referir:

- No agrupamento de escolas de Vialonga, as agressões mais presentes são agressões físicas entre alunos, com o intuito de resolver assuntos relacionados com a vida fora da escola.
- No agrupamento de escolas D. António de Ataíde (Castanheira do Ribatejo) estão presentes agressões físicas ligeiras, bem como agressões morais frequentes.

Quanto à questão nº 2 **“Quais os principais fatores que potenciam estas situações?”**, destacamos:

- No agrupamento de escolas de Vialonga evidenciam-se as condições físicas da escola, pois a escola tem muitos alunos e pouco espaço físico, o que potencia os confrontos entre os mesmos.
- No agrupamento de escolas D. António de Ataíde, as brincadeiras impróprias e intrigas entre alunos são os principais fatores que potenciam a violência na escola.

No que concerne à questão nº 3 **“A quem reportam, os alunos, as situações de violência? De que forma o fazem?”**, verifica-se:

- Nas duas escolas, os alunos reportam as ocorrências frequentemente aos funcionários. As situações de maior gravidade são reportadas à direção.

Na questão nº4 **“Com que frequência a escola solicita a intervenção dos militares do Núcleo da Escola Segura do DT de Vila Franca de Xira, nas situações de violência escolar?”**, realçamos os seguintes aspetos:

- A solicitação da intervenção da escola segura por parte da escola é pouco frequente. Na escola de Vialonga, justifica-se com a diminuição das ocorrências de violência, incidindo a solicitação no trajeto escola - casa de algum aluno sinalizado pela direção.
- Na escola da Castanheira do Ribatejo a solicitação da intervenção dos militares do NES também é pouco frequente, justificando-se pela morosidade de resposta, dado que, estes se encontram bastante distantes da escola, recorrendo, quando necessário, ao posto local da GNR.

No que diz respeito à questão nº 5 **“Os militares do NES só se dirigem à escola quando solicitados ou fazem um patrulhamento regular na área geográfica do agrupamento?”**, importa referir:

- Nas duas escolas é referenciado que os militares quando solicitados dirigem-se com assiduidade às escolas, mas ao nível de patrulhamento consideram insuficiente, registando-se uma média de três a cinco vezes por mês.

Relativamente à questão nº 6 **“O NES dinamiza ações de sensibilização na escola para as questões da segurança?”**, destacamos o seguinte:

- O núcleo Escola Segura do Destacamento de Vila Franca de Xira realiza com frequência ações de sensibilização sobre violência e segurança nas escolas de ensino básico da sua zona de ação.

Quanto à questão nº 7 **“Que impacto têm estas ações na prevenção da violência escolar?”**, os diretores dos agrupamentos referiram:

- Apesar de ser difícil estabelecer uma relação direta, é possível diagnosticar que a violência grave tem diminuído e que muita desta diminuição se deve à ação da GNR, não só no contexto escolar como também junto da comunidade local.
- Os alunos são muito recetivos às ações de sensibilização dinamizadas pelo NES, mas as ações dirigidas aos encarregados de educação têm pouca adesão do público-alvo.

No que respeita à questão nº 8 **“De que forma é concretizada a articulação entre a direção e o NES do DT Vila Franca de Xira?”**, realçamos o seguinte:

- A relação entre a direção dos agrupamentos de escolas e os militares do NES é bastante próxima, concretizando-se através de uma reunião realizada no início do ano letivo para planeamento das ações que se realizarão ao longo deste e no contacto direto via telefónica ou via correio eletrónico.

Relativamente à questão nº 9 **“Quais os pontos fortes e fracos do Programa Escola Segura nesta realidade escolar?”**, o enfoque das respostas incidiu nos seguintes aspetos:

- Os pontos fortes apontados ao NES foram a disponibilidade e a forma adequada de intervenção dos militares, bem como a realização de ações de sensibilização que são do interesse dos alunos e docentes.
- Como ponto fraco referiu-se a falta de efetivos para patrulhar o território do concelho, dado que, as duas escolas abrangidas pelo núcleo de Vila Franca de Xira encontram-se bastante separadas geograficamente.

No âmbito da questão nº 10 **“Na sua opinião, que medidas/ações a escola propõe para melhorar a eficácia da intervenção do NES na prevenção da violência escolar?”**, enumeraram as seguintes:

- Aumento do patrulhamento dos militares junto das imediações das escolas e realização de intervenções inopinadas nas instalações escolares.
- Integração de militares do sexo feminino na realização de ações de sensibilização sobre violências contra as mulheres.
- Dinamização de sessões de partilha de histórias e experiências entre os militares e os alunos, para que estes percebam melhor o enquadramento legal e as repercussões da violência.

5.3. **Análise da entrevista do tipo 2**

Relativamente à questão nº 1 **“Em que situações são solicitados, pela escola, a intervir?”**, importa referir:

- Os militares costumam ser chamados para intervir em diversas situações, destacando as agressões entre alunos, furtos e perturbações do meio escolar.

Quanto à questão nº 2 **“Quais os principais fatores que considera serem potenciadores da prática da violência escolar?”**, foi referenciado pelos entrevistados:

- O ambiente familiar e as relações estabelecidas nesse contexto estão correlacionadas com a prática da violência escolar.
- Apesar dos jovens terem idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, o consumo de álcool e estupefacientes são fatores que são apontados como potenciadores da violência escolar.

No que concerne à questão nº 3 **“De que forma a intervenção dos militares do NES contribui para a prevenção da violência escolar?”**, considera-se:

- O SPE articula ações de sensibilização sobre variados temas junto da população jovem, com o intuito de transmitir mensagens que os ajudem na resolução de preocupações que estes sentem no seu dia-a-dia.

Em termos da questão nº 4 **“Como se efetiva a articulação entre os militares do NES e a direção do agrupamento de escolas na prevenção da violência escolar?”**, referiu-se:

- Existe uma estreita ligação entre os militares e a direção dos agrupamentos de escolas, que é concretizada através da disponibilização de um telemóvel de serviço no início de cada ano letivo e do contacto regular com os responsáveis da escola e com outras instituições que tenham um papel importante na comunidade escolar.

No que diz respeito à questão nº 5 **“Que tipo de ações são desenvolvidas com as escolas no âmbito das questões da segurança?”**, importa referir:

- São desenvolvidas inúmeras ações junto das comunidades escolares sobre várias temáticas destacando-se o *bullying/cyberbullying*, violência no namoro, segurança em casa e no caminho escola - casa e prevenção do abuso sexual.

Relativamente à questão nº 6 **“Quais as ações/intervenções que considera mais eficazes? Porquê?”** destacamos o seguinte:

- De entre todas as ações de sensibilização destacam-se aquelas que abordam as preocupações que os jovens sentem no seu dia-a-dia e porque a tecnologia faz parte do nosso quotidiano, destacou-se a "Internet Segura".

Quanto à questão nº 7 **“Fazem um patrulhamento regular na área geográfica do agrupamento? Com que regularidade?”**, apurámos:

- Os militares integram diariamente as escolas nos seus patrulhamentos diários à zona de ação do Destacamento Territorial.

No que respeita à questão nº 8 **“Considera que teve uma formação adequada ao exercício das funções que lhe são atribuídas?”**, os militares entrevistados responderam que não receberam qualquer tipo de formação para desempenhar a sua função na secção de programas especiais.

Relativamente à questão nº 9 **“Quais os constrangimentos que identifica na sua intervenção?”**, foi mencionado:

- O principal constrangimento é a falta de viaturas e de meios informáticos.
- A prevenção é uma das variadas missões da GNR e por essa razão deve ser tida em conta aquando da gestão das patrulhas e na definição de prioridades de atuação, para que possam existir meios, quando o serviço assim o exige.

5.4. Análise da entrevista do tipo 3

Relativamente à questão nº 1 **“Considera que o Programa Escola Segura tem cumprido os seus objetivos, nomeadamente no que concerne à prevenção da violência escolar?”**, importa referir:

- O Programa Escola Segura tem cumprido os seus objetivos, sendo o principal o aumento do sentimento de segurança da população da comunidade escolar.

- Em relação ao aumento dos casos de ofensas à integridade física, a Guarda Nacional Republicana tem adaptado a sua estratégia para fazer face a este aumento.

No que respeita à questão n.º 2 **“Quais as potencialidades e vulnerabilidades na articulação dos militares do NES e as comunidades escolares?”**, realçamos o seguinte:

- Potencialidades: A proximidade com a comunidade escolar, a presença de militares com anos de experiência dentro da comunidade escolar da sua zona de ação e o contributo ao nível da realização de ações de sensibilização.
- Vulnerabilidades: A dificuldade ao nível de meios humanos para satisfazer as necessidades da população. No entanto é preciso considerar até que ponto a presença de militares dentro do espaço da escola não poderá criar um sentimento de controlo nas crianças e jovens, podendo desabilitá-las na sua preparação para um mundo com bastantes inseguranças

Quanto à questão n.º 3 **“Que ações/intervenções considera importante priorizar para potenciar a intervenção dos militares do NES na prevenção da violência escolar?”**, apurámos:

- A prevenção de comportamentos violentos. Sendo que as ações mais importantes variam entre militares do NES dependendo da situação de cada escola e da sua dinâmica como núcleo.

Relativamente à questão n.º 4 **“Que tipo de formação é ministrada aos militares que integram o NES para o exercício das funções que lhes são atribuídas?”**, destacamos o seguinte:

- Existe uma formação geral a todos os programas especiais, mas neste momento nenhuma formação está a ser ministrada aos militares que ingressam nestes programas.

Relativamente à questão n.º 5 **“Numa perspetiva futura, que desafios se colocam à comunidade escolar e representantes institucionais militares, na prevenção da violência escolar?”**, foi mencionado:

- O Principal desafio é a dinâmica e a velocidade com que as relações humanas se desenvolvem nos dias de hoje. Cada vez mais existe uma maior interatividade entre os jovens e, como tal, quanto maior interatividade houver entre os jovens, maior será a probabilidade de ocorrerem mais conflitos e de se gerar mais violência entre eles.

5.5. Conclusão da análise das entrevistas

Procederemos à análise das entrevistas realizadas ao longo desta investigação agrupando-as de acordo com a sua tipologia (tipo 1, tipo 2 e tipo 3).

Da análise das entrevistas podemos concluir que a opinião dos diretores é muito similar, destacando-se alguma divergência em determinadas questões, que se centra principalmente na questão da presença dos militares junto da escola. A diretora da escola da Castanheira do Ribatejo refere que a presença dos militares não é sentida num patrulhamento diário às imediações da escola, contudo quando solicitados não só para a realização de ações de sensibilização, mas também para intervir em situações de maior risco, estes apresentam uma disponibilidade imediata. Na escola de Vialonga este constrangimento não é tão evidente, devido à proximidade do NES à escola.

A opinião que os diretores dos dois agrupamentos de escolas têm relativamente à atuação do NES junto das escolas no âmbito da prevenção da violência escolar é bastante positiva, referindo que as ações de sensibilização são do interesse dos alunos e dos docentes, abrangendo diversas temáticas relacionadas com os problemas diários dos alunos e encontrando-se os militares sempre disponíveis para a intervenção solicitada.

Quanto às entrevistas do tipo 2 podemos constatar que os constrangimentos sentidos pelos militares do NES incidem na falta de formação no âmbito dos programas especiais, de viaturas e de recursos informáticos.

Comparando os dois tipos de entrevista verificamos que existe um foco dissonante quanto à questão do patrulhamento junto das imediações das escolas. Apesar dos militares afirmarem realizar um patrulhamento diário junto das escolas da sua zona de ação, os diretores destes agrupamentos consideram que esta presença não é assídua e constitui uma necessidade premente na prevenção da violência escolar.

Em relação à entrevista do tipo 3, podemos concluir que os constrangimentos sentidos pelos militares no âmbito da formação é algo que abrange todos os militares que pertencem aos NES.

5.6. Análise e discussão dos resultados dos questionários aos alunos

Como referido no capítulo anterior, um dos objetivos da realização de questionários, para além da resposta às hipóteses, foi também a recolha de informações por parte dos alunos, de forma a confirmar ou refutar a informação obtida pelas entidades entrevistadas. Será feita uma análise dos dados obtidos dos questionários feitos aos alunos das duas escolas

pertencentes ao Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira, fazendo posteriormente uma análise comparativa com os resultados obtidos nas entrevistas.

Sendo o objetivo deste trabalho avaliar geral avaliar, entre outras, caracterizando a forma como se concretiza, ao nível territorial, a articulação entre o Programa Escola Segura e as ações desenvolvidas pelas escolas, na prevenção da violência escolar, o questionário realizado aos alunos procura saber se estes já foram vítimas de violência dentro da escola, compreender como reagiram perante tal situação e verificar qual a perceção que têm da atuação da GNR e das ações de sensibilização realizadas. Como tal, centrámos o estudo em três partes: vitimização derivada da violência, presença dos militares e eficácia das ações de sensibilização e sentimento de segurança.

Seguidamente iremos proceder à análise quantitativa dos inquéritos por questionário compostos por 14 questões cada (Apêndice H).

5.6.1. Caracterização da amostra

As primeiras três questões caracterizam a amostra em análise, que corresponde a um total de 350 alunos a frequentarem o 2º e 3º ciclo do ensino básico, com idades compreendidas entre os 9 e os 16 anos de idade.

Relativamente ao género, a percentagem do número de alunos do sexo masculino é sensivelmente igual ao sexo feminino.

Para responder a esta questão elaboraram-se as seguintes figuras:

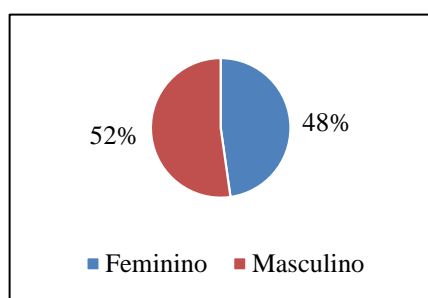


Figura n.º 2 - Género da Escola EB D. António de Ataíde

Fonte: elaboração própria

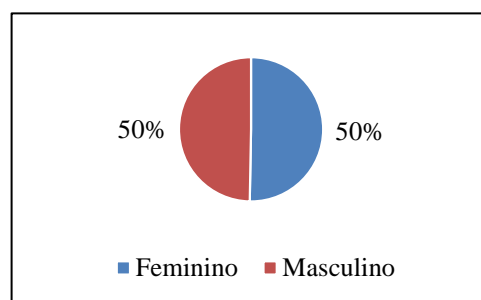


Figura n.º 3 - Género Escola EB de Vialonga

Fonte: elaboração própria

5.6.2. Vitimização em contexto escolar

Para responder à questão nº4 "Na escola, já foste vítima de agressões?" recorremos às figuras nº3 e nº4:

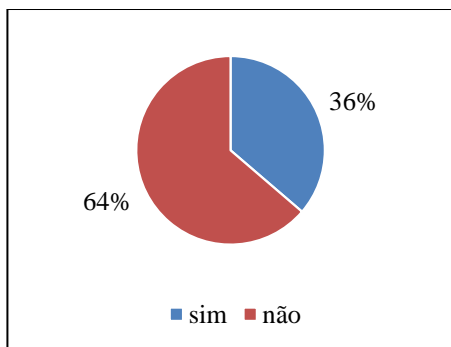


Figura n.º 4 – Resposta à questão n.º 4 da Escola EB D. António Ataíde

Fonte: elaboração própria

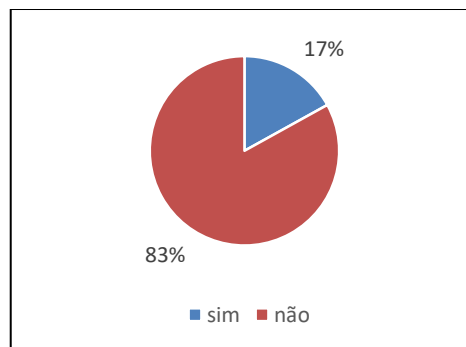


Figura n.º 5 – Resposta à questão n.º 4 da Escola EB de Vialonga

Fonte: elaboração própria

Da análise dos gráficos, constata-se que a maioria dos alunos respondeu não ter sido vítima de agressão com maior incidência na escola de Vialonga (83%).

Para a questão nº5 "Se sim, quantas vezes?" foram elaboradas as figuras nº5 e nº6:

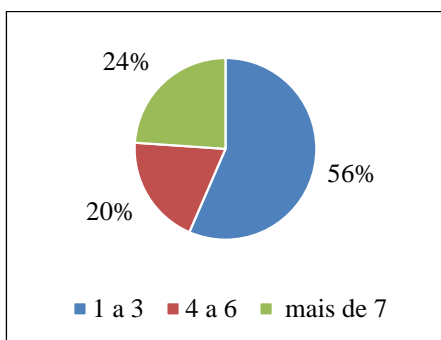


Figura n.º 6 – Resposta à questão n.º 5 da Escola EB D. António de Ataíde

Fonte: elaboração própria

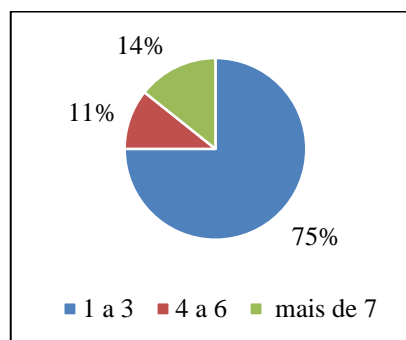


Figura n.º 7 – Resposta à questão n.º 5 da Escola EB de Vialonga

Fonte: elaboração própria

Relativamente ao número de vezes em que os alunos foram vítimas de agressão, as respostas incidiram no intervalo de 1 a 3 vezes (56% e 75%). Contudo, na EB D. António de Ataíde regista-se uma percentagem de 44% de alunos que foram vítimas de agressão entre 4 a mais vezes.

Referente à questão nº6: **"Em que local da escola te agrediram?"** foram elaboradas as figuras nº7 e nº8.

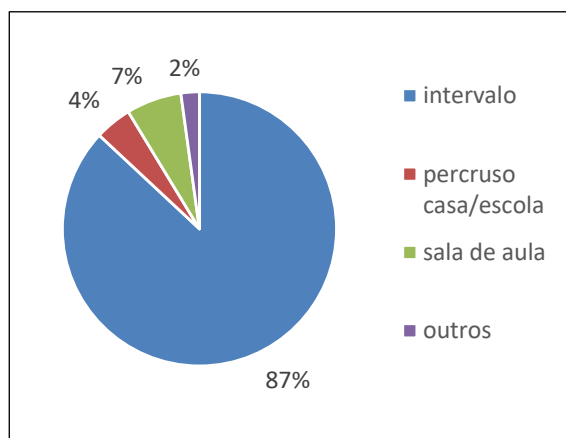


Figura n.º 8 - Resposta à questão n.º 6 da Escola EB D. António Ataíde

Fonte: elaboração própria

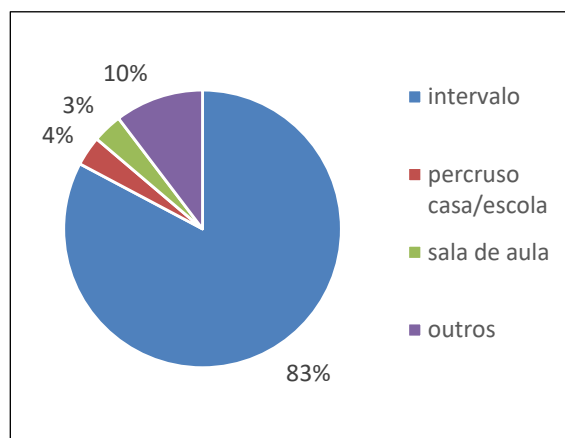


Figura n.º 9 - Resposta à questão n.º 6 da Escola EB de Vialonga

Fonte: elaboração própria

Da análise dos gráficos, verifica-se que o intervalo é o espaço onde os alunos são mais agredidos (87% e 83%). Relativamente ao percurso escola - casa, 4% dos alunos referencia-o como local de agressão. Os alunos também referiram como "outros" a cantina

Para a questão nº7: **"Fizeste queixa?"** apresentam-se as seguintes figuras:

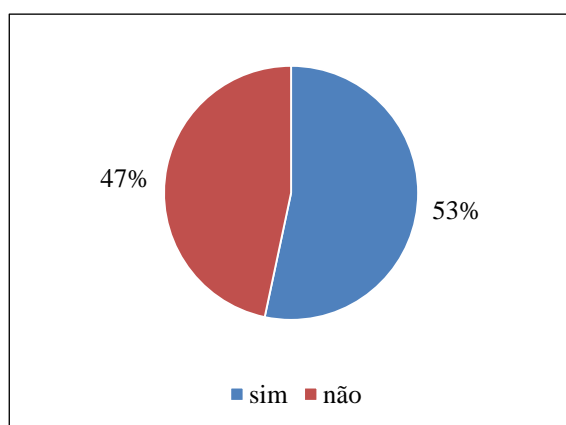


Figura n.º 10 - Resposta à questão n.º 7 da Escola EB D. António Ataíde

Fonte: elaboração própria

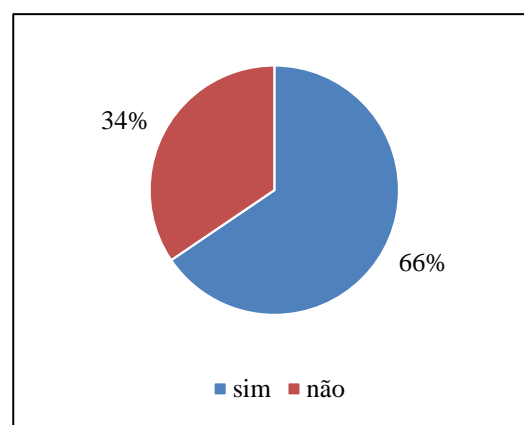


Figura n.º 11 - Resposta à questão n.º 7 da Escola EB de Vialonga

Fonte: elaboração própria

Na EB D. António de Ataíde, as percentagens de respostas entre o "sim" e o "não" são pouco significativas (53% versus 47%). Na EB de Vialonga, a maioria (66%) refere que apresentou queixa.

De forma a analisar a questão nº8: **"Se sim, a quem te dirigiste?"** foram feitas as seguintes figuras:

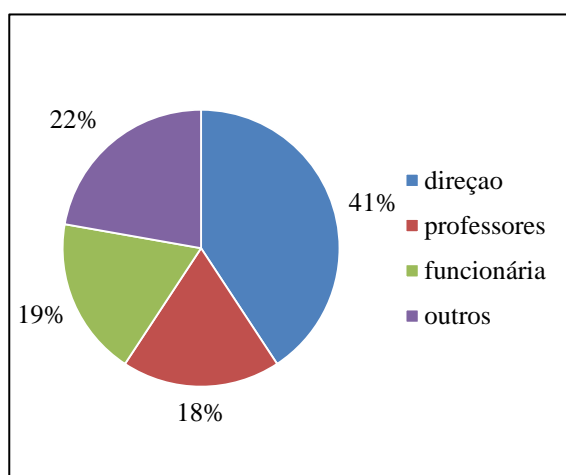


Figura n.º 12 - Resposta à questão n.º 8 da Escola EB D. António Ataíde

Fonte: elaboração própria

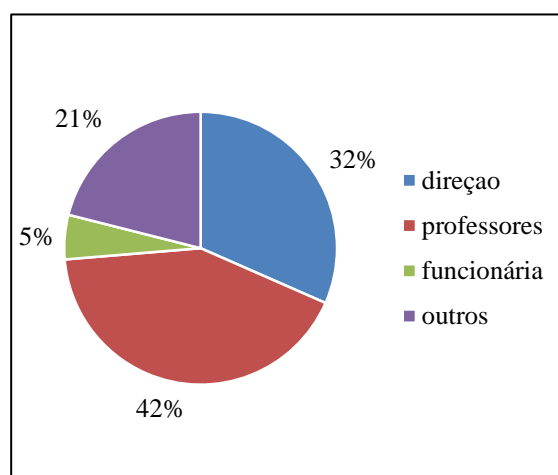


Figura n.º 13 - Resposta à questão n.º 8 da Escola EB de Vialonga

Fonte: elaboração própria

Podemos constatar que os inquiridos denunciam a situação da agressão prioritariamente à direção (41% e 32%) e aos professores (18% e 42%). Com valores percentuais de 22% e 21% verificamos a opção "outros", correspondendo essencialmente à família.

5.6.3. Eficácia das ações de sensibilização realizadas

Para a questão nº9: **"Na tua escola já participaste em algumas ações dinamizadas pelos militares da Escola Segura?"** foram elaboradas as seguintes figuras:

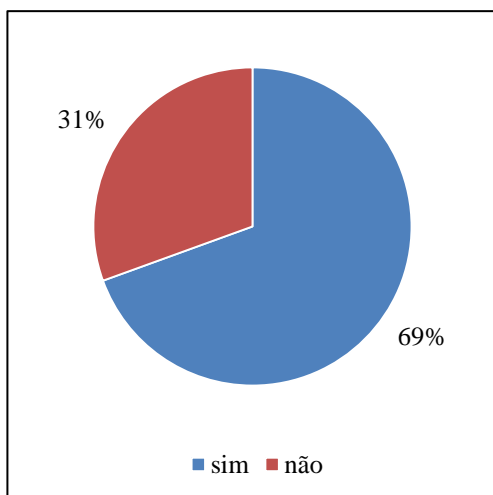


Figura n.º 14 - Resposta à questão n.º 9 da Escola EB D. António Ataíde

Fonte: elaboração própria

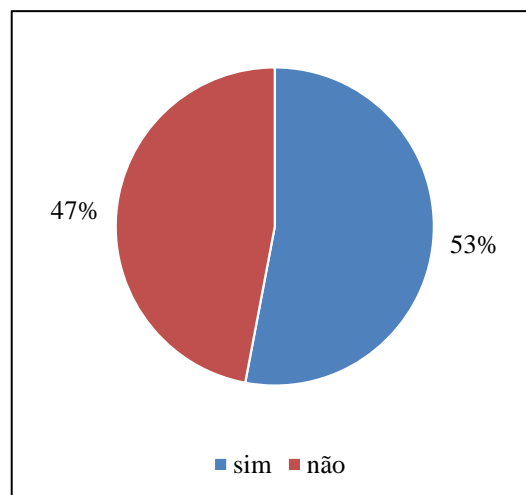


Figura n.º 15 - Resposta à questão n.º 9 da Escola EB de Vialonga

Fonte: elaboração própria

A maioria dos inquiridos refere que já participou em ações dinamizadas pelos militares do NES, sendo essa participação mais evidente na EB D. António de Ataíde (69%), comparativamente à participação dos alunos da EB de Vialonga (53%).

Quanto à questão n.º 10: "**Achas que estas ações contribuem para a diminuição da violência na escola?**" apresentam-se as seguintes figuras:

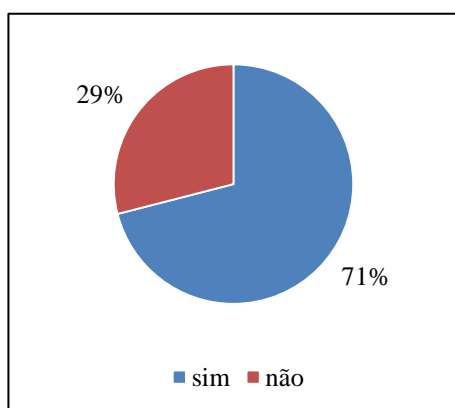


Figura n.º 16 - Resposta à questão n.º 10 da Escola EB D. António Ataíde

Fonte: elaboração própria

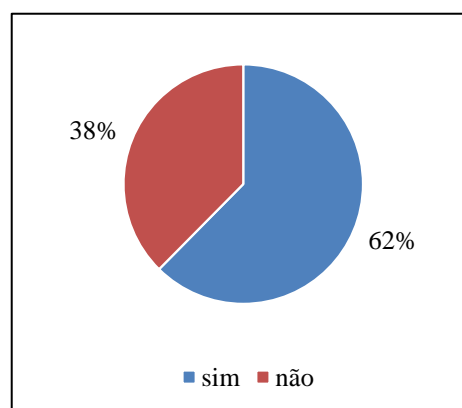


Figura n.º 17 - Resposta à questão n.º 10 da Escola EB de Vialonga

Fonte: elaboração própria

Quando questionados os alunos sobre o contributo das ações de sensibilização na diminuição da violência escolar, os resultados obtidos não evidenciam diferenças

significativas nos dois estabelecimentos. A opinião maioritária (71% e 62%) incide na afirmação de que as ações realizadas contribuem para a diminuição da violência no espaço escolar. Contudo existe uma percentagem de alunos que não corrobora esta ideia (29% e 38%).

5.6.4. Perceção sobre a atuação dos militares do NES e sentimento de segurança.

Na questão nº11: "**Costumas ver militares da Escola Segura junto à tua escola?**" foram utilizadas as seguintes figuras:

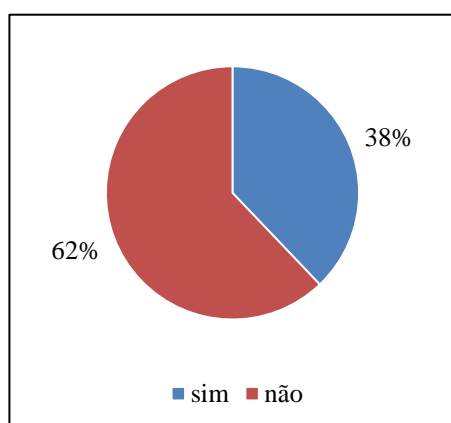


Figura n.º 18 - Resposta à questão nº 11 da Escola EB D. António Ataíde

Fonte: elaboração própria

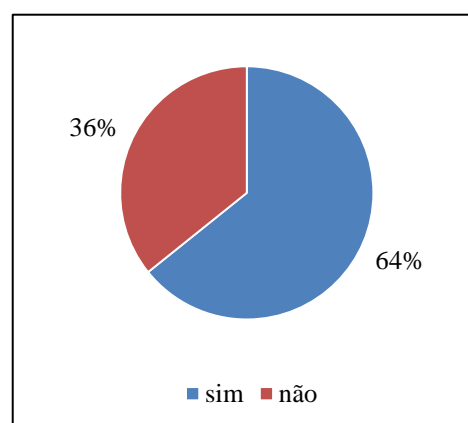


Figura n.º 19 - Resposta à questão nº 11 da Escola EB de Vialonga

Fonte: elaboração própria

Nesta questão, os valores não são análogos quando comparados os dois estabelecimentos de ensino. Na EB D. António de Ataíde, 62% dos alunos inquiridos respondeu que não costuma ver os militares junto à sua escola. Na EB de Vialonga, 64% dos alunos afirma que costuma ver os militares junto à escola.

Para a questão nº12: "**Com que frequência?**" foram elaboradas as seguintes figuras:

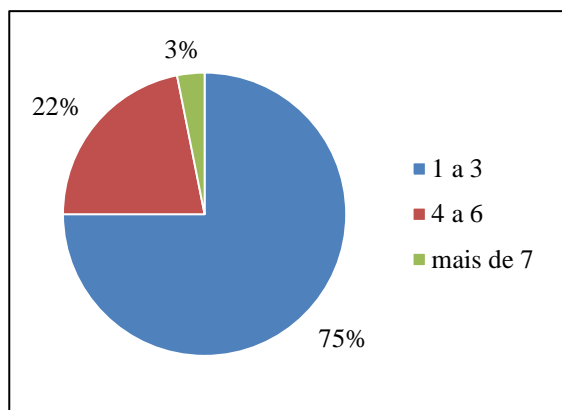


Figura n.º 20 - Resposta à questão n.º 12 da Escola EB D. António Ataíde

Fonte: elaboração própria

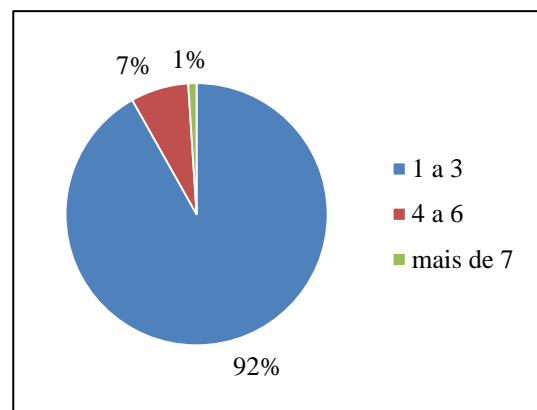


Figura n.º 21 - Resposta à questão n.º 12 da Escola EB de Vialonga

Fonte: elaboração própria

No que concerne à frequência com que os alunos verificam a presença dos militares, ela incide no intervalo entre 1 a 3 vezes (75% e 92%).

Na questão n.º 13: " **Consideras que a presença dos militares da Escola Segura na tua escola contribui para a prevenção das situações de violência?**" foram feitas as seguintes figuras:

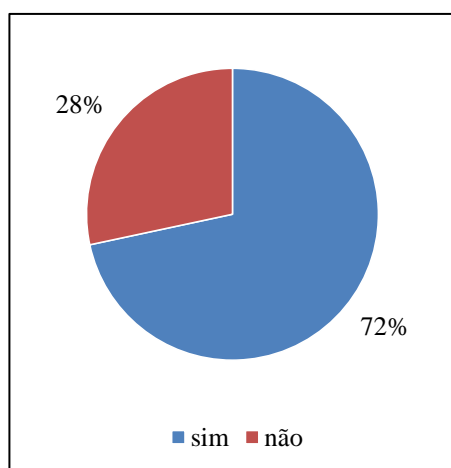


Figura n.º 22 - Resposta à questão n.º 13 da Escola EB D. António Ataíde

Fonte: elaboração própria

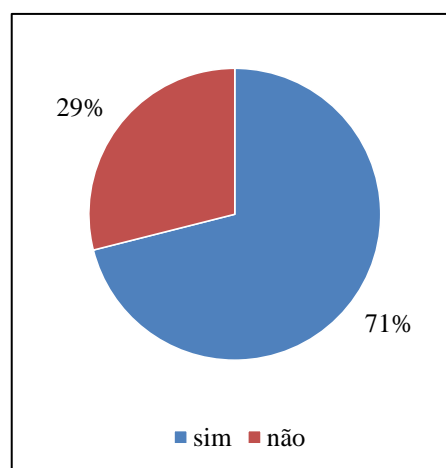


Figura n.º 23 - Resposta à questão n.º 13 da Escola EB de Vialonga

Fonte: elaboração própria

Relativamente ao contributo da presença dos militares na escola para a diminuição das situações de violência, os valores são análogos nos dois estabelecimentos de ensino, com uma percentagem significativa de alunos (72% e 71%) a confirmar este contributo.

Para a questão n.º14: "**Sentes-te seguro na tua escola?**" foram elaboradas as seguintes figuras:

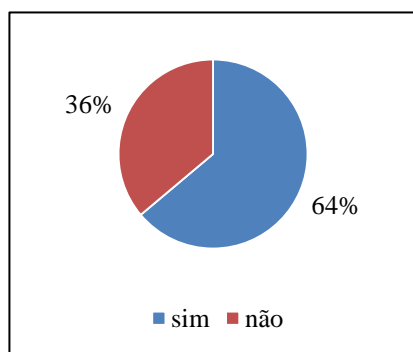


Figura n.º 24 - Resposta à questão n.º14 da Escola EB D. António Ataíde

Fonte: elaboração própria

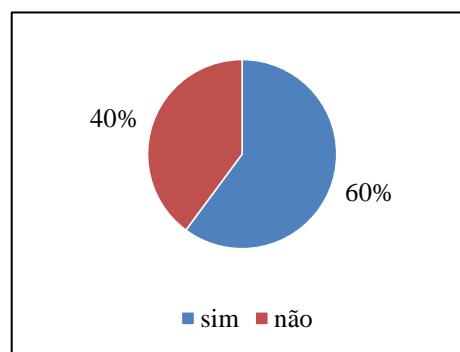


Figura n.º 25 - Resposta à questão n.º 14 da Escola EB de Vialonga

Fonte: elaboração própria

Da análise dos gráficos relativos ao sentimento de segurança dos alunos na escola, podemos constatar que apesar da maioria dos inquiridos (64% e 60%) ter respondido que se sente seguro na escola, verificam-se valores de alunos, ainda com carácter significativo (36% e 40%), que respondeu não se sentir seguro na escola.

5.6.5. Conclusão da análise dos questionários

Feita a análise das respostas obtidas nos questionários constata-se que as respostas dos alunos inquiridos não evidenciam diferenças significativas entre os dois estabelecimentos de ensino. Os alunos participam e consideram importantes as ações de sensibilização realizadas pelo NES na diminuição da violência na escola. De referir que, uma percentagem dos inquiridos (29% e 38%) manifesta que estas ações não têm impacto na diminuição da violência na escola. Assim, apesar das ações serem bem delineadas e cumprirem os objetivos traçados pelos militares e pelos diretores dos agrupamentos de escola ainda não abrangem todos os alunos.

Em relação à presença dos militares, existe uma discrepância entre as escolas de Vialonga e de Castanheira do Ribatejo. Tal como nas entrevistas realizadas aos diretores, na

escola de Castanheira do Ribatejo, os alunos inquiridos manifestam que denotam menor regularidade dos militares junto das imediações da escola, sendo que existe uma percentagem (62%), que afirma não ver os militares junto desta. Na escola de Vialonga, os alunos inquiridos revelam que veem a presença dos militares junto à escola.

Relativamente ao sentimento de segurança manifestado pelos alunos, concluiu-se que os alunos da escola da Castanheira sentem-se menos seguros que os da escola de Vialonga, o que poderá estar relacionado direta ou indiretamente com um patrulhamento mais irregular à escola.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Pretende-se aqui elaborar uma visão crítica dos dados obtidos e dos aspetos estudados, articulando-os de forma a responder à pergunta de partida.

Neste capítulo é realizada a verificação das hipóteses e apresentadas as respostas às perguntas derivadas e à pergunta de partida. São feitas algumas reflexões finais, referindo quais as limitações da investigação e apresentadas propostas para investigações futuras.

Verificação das hipóteses

Relativamente à hipótese 1: **“Os militares do NES mantêm um contacto regular com a comunidade escolar o que transparece uma imagem de segurança. (Articulação com a direção)”**, considera-se totalmente verificada, visto que através dos resultados obtidos nas entrevistas com os diretores dos agrupamentos de escolas (pergunta 6 e pergunta 8) e com os militares (pergunta 4), apurou-se que os primeiros mantêm um contacto direto e constante com os segundos existindo uma preocupação de ambas as partes no mesmo.

Quanto à hipótese 2: **“As ações são implementadas de forma articulada entre os diferentes representantes institucionais (militares e comunidade escolar) e têm uma estratégia dirigida para reduzir eficazmente a violência escolar.”**, foi totalmente verificada através da análise às entrevistas e aos inquéritos por questionário passados aos alunos. Podemos constatar que, segundo a perspetiva dos militares (pergunta 3) e dos professores (pergunta 6 e 7) as ações são implementadas de forma articulada entre os militares e as escolas. Relativamente à diminuição da violência, podemos afirmar que o parecer dos militares e dos professores é similar, associando-a à realização de ações de sensibilização por parte dos militares do NES e consequentemente à proximidade destes na comunidade escolar. Segundo a perspetiva dos alunos (pergunta 10,13 e14), estas ações e a presença dos militares junto das escolas reduzem a violência escolar, embora exista uma percentagem de alunos a considerar que não se sente seguro na escola.

No que respeita à hipótese 3: **“Os professores e alunos têm perceções diferentes relativamente à intervenção dos militares do NES na prevenção da violência escolar. (perceção da atuação e se difere entre publico alvo)”**, considera-se que não é verificada

nas entrevistas e nos questionários. Os alunos e os professores têm percepções similares relativamente à intervenção dos militares na prevenção da violência escolar.

Consideram que a sua presença e a implementação de ações de sensibilização contribuem para a prevenção da violência escolar, contudo a frequência do patrulhamento não é regular e afirma-se como uma necessidade.

Resposta às perguntas derivadas

Concluída a verificação das hipóteses, explicitam-se as respostas às perguntas derivadas. Quanto à PD1: **“De que forma o NES do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira se articula com o órgão de gestão da escola?”**, foram considerados os resultados obtidos nas entrevistas realizadas aos diretores de agrupamento e aos militares do Núcleo Escola Segura.

Após a análise das entrevistas, podemos afirmar que a relação entre os militares e os diretores dos agrupamentos de escolas é muito próxima, sendo que, este contacto é muitas vezes feito por via telefone ou correio eletrónico. Este contacto permite aos militares coordenar as ações de sensibilização de uma forma mais rápida e estruturada. As ações são coordenadas consoante os problemas mais atuais e que mais interferem no dia-a-dia dos jovens. É de elevada importância a existência desta ponte de comunicação entre os militares e os professores, pois tem facilitado a coordenação entre os mesmos, permitindo aos diretores, no caso de existirem casos de violência sinalizados, comunicar aos militares, para que estes possam atuar de forma a resolver estas situações com a maior brevidade possível e potenciando o sentimento de segurança dos jovens.

No que respeita à PD2: **“Qual a relação existente entre o NES e a comunidade escolar, para a prossecução dos objetivos das ações desenvolvidas?”** com base nos resultados obtidos nas entrevistas e nos questionários, podemos verificar que existe maior proximidade dos militares do NES com a escola de Vialonga comparativamente à escola da Castanheira, justificada pela localização geográfica. A deslocação dos militares ao agrupamento de escolas D. António de Ataíde (Castanheira do Ribatejo) torna-se mais difícil dada a distância do NES, recorrendo-se, muitas vezes, ao posto territorial.

No que respeita às ações de sensibilização os diretores consideram-nas de extrema importância e tratam-se de um ponto forte do NES conseguindo cativar os alunos apelando a temas relacionados com problemas que afetam o dia-a-dia dos alunos das escolas. Apesar da maioria dos alunos considerar as ações de sensibilização importantes para a diminuição

da violência na escola, uma percentagem ainda significativa (29% na EB D. António de Ataíde e 38% na EB de Vialonga) não corrobora com esta opinião.

No que concerne à PD 3: **“Será que os professores e alunos percecionam da mesma forma a intervenção dos militares do NES na prevenção da violência escolar?”**, verificámos ao longo da investigação que a perceção dos alunos não difere da perceção dos professores em relação à intervenção dos militares do NES. Podemos concluir que professores e alunos percecionam da mesma forma o impacto que as ações de sensibilização têm na prevenção da violência escolar. Acresce que, na EB D. António de Ataíde, os alunos e a diretora do agrupamento evidenciaram a falta de assiduidade no que concerne ao patrulhamento das imediações da escola, por parte dos militares do NES.

Resposta à pergunta de partida

Finalizadas todas as etapas da investigação, estamos agora aptos para responder à pergunta de partida: **"De que forma a intervenção dos militares da GNR, que integram o Núcleo da Escola Segura do Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira em articulação com os órgãos de gestão das escolas potencia a prevenção da violência escolar?"**.

Tendo em conta toda a investigação é importante ressaltar que a Guarda Nacional Republicana é uma força de segurança que tem como missão garantir e promover a segurança junto da população, pelo que, não devemos confundir as suas competências com as das entidades de serviço especializado de apoio educativo, nem tão pouco com as competências da escola, visto que, nem todas as situações de violência que acontecem na escola necessitam de intervenção por parte da GNR. No que concerne à atividade desenvolvida pelos militares da GNR, no âmbito do Programa Escola Segura, no Destacamento Territorial de Vila Franca de Xira, podemos concluir que existe uma articulação consolidada e eficaz com os órgãos de gestão das escolas e que militares e direção do agrupamento mantêm um contacto regular. Nesta intervenção dos militares do NES, destaca-se a realização, de forma sistemática e articulada com os professores, de ações de sensibilização sobre temáticas relacionadas com a segurança, cujos dados obtidos demonstram potenciar a prevenção da violência escolar. O patrulhamento regular junto aos estabelecimentos de ensino afirma-se como uma necessidade na prevenção da violência escolar, sendo considerada pelo órgão de gestão e pelos alunos, uma atuação a ser melhorada nas áreas geográficas em estudo.

Confirmação dos objetivos de investigação

O objetivo geral da presente investigação : **“avaliar, entre outras, caraterizando a forma como se concretiza, ao nível territorial, a articulação entre o Programa Escola Segura e as ações desenvolvidas pelas escolas, na prevenção da violência escolar, identificando os bloqueios e as potencialidades de colaboração, as linhas de atuação mais aferidas e um possível contributo para futuros mecanismos de prevenção.”**, considera-se assente na revisão da literatura e análise de conteúdo das entrevistas e dos questionários o que permitiu validar as hipóteses e responder às perguntas derivas e à pergunta de partida.

O OE1: **“Percecionar se as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Escola Segura potenciam a prevenção da violência escolar”**, foi alcançado, como é possível observar pelas questões 1, 2, 3, 4 e 5 das entrevistas do tipo 1, pelas questões 1, 2, 3 e 4 das entrevistas do tipo 2, pela questão 1 da entrevista do tipo 3 e pela análise dos questionários.

O OE2: **“Analisar as conceções e práticas de intervenção desenvolvidas pelos militares da GNR do Núcleo da Escola Segura no âmbito do Programa”**, foi atingido observando os subcapítulos 3.1 e 3.2 e pela análise do conteúdo das questões 6, 7 e 8 das entrevistas do tipo 1, das questões 5, 6 e 7 das entrevistas do tipo 2 e das questões 2, 3 e 4 da entrevista do tipo 3.

O OE3: **“Identificar as potencialidades e os bloqueios na articulação dos diferentes representantes institucionais (militares e comunidade escolar)”**, foi validado pelas questões 9 e 10 das entrevistas do tipo 1, pelas questões 8 e 9 das entrevistas do tipo 2, pelas questões 5 da entrevista do tipo 3 e pela análise dos questionários.

Considerações finais

Ao nível das escolas é de extrema importância atuar no âmbito da prevenção e não da atuação, daí a necessidade de se realizarem ações de sensibilização no âmbito da violência escolar.

A par das ações de sensibilização é necessário manter um patrulhamento junto das imediações das escolas, pois a presença dos militares é considerada um fator importante na dissuasão de comportamentos violentos. Ao longo desta investigação, verificou-se que a frequência deste patrulhamento não vai ao encontro das necessidades sentidas pela comunidade escolar. O NES tenta colmatar esta falta de efetivo com a realização de ações de sensibilização nas escolas em articulação com os diretores dos agrupamentos de escolas.

Esta coordenação é fundamental para que a intervenção dos militares seja assertiva e direcionada para os casos críticos.

Com este estudo aferimos ainda, que a relação estabelecida entre os militares e a comunidade escolar depende de diferentes fatores. Assim, quanto maior é a visibilidade dos militares, o conhecimento do Programa e a participação dos jovens em ações de sensibilização, melhor é a relação entre os militares e os jovens. Contudo, entende-se que a maior ou menor eficácia deste relacionamento depende sobretudo da interação direta entre as partes, utilizando o contacto pessoal e uma capacidade de comunicação ajustada.

Durante a análise dos questionários deparámo-nos com alguma discrepância quanto ao número de ocorrências de violência escolar registado nas escolas em comparação com os dados registados pelo NES de Vila Franca de Xira. No entanto, esta justifica-se devido ao facto da existência de algumas situações de violência escolar que são resolvidas com a intervenção dos profissionais de educação presentes, sancionando no momento os alunos em questão.

Denotou-se também, que os militares do NES devem frequentar ações de formação com vista à melhoria da qualidade da sua intervenção, tendo sido este um dos aspetos abordado pelos mesmos.

Concluindo, e com base em toda a investigação, podemos afirmar que na área de responsabilidade do Destacamento de Vila Franca de Xira, ao nível do Programa Escola Segura, tem sido realizado um serviço assíduo, tendo em conta as limitações, com um bom cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo NES.

Limitações

As principais limitações encontradas na realização deste estudo prenderam-se com a aplicação dos questionários aos alunos, dado que pela sua idade, alguns não compreenderam a seriedade dos mesmos questionários. Por outro lado, foi difícil também conseguir que todos os alunos devolvessem os questionários no espaço de tempo pretendido.

Investigações Futuras

A presente investigação deverá ser considerada como mais um contributo para a implementação de procedimentos, com vista a melhorar a eficácia das ações implementadas ou a implementar nos diferentes contextos escolares, pois acreditamos que os registos de

violência escolar possam reduzir face a um trabalho conjunto, entre todos os intervenientes (professores, alunos, funcionários, militares, pais e encarregados de educação).

Sugere-se, para uma investigação futura, o estudo das situações de violência registadas pelos estabelecimentos de ensino e pelo NES no que concerne à sua incidência, tipo de agressão, acompanhamento dos alunos sinalizados e formas de intervenção de diferentes áreas de atuação, aplicado a nível regional e, numa perspetiva mais ambiciosa a nível nacional.

BIBLIOGRAFIA E CITAÇÕES

- Academia Militar. (2015). *Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 520/4ª de 11 de maio*. Direção de Ensino.
- Academia Militar. (2016). Normas de Execução Permanente (NEP) n.º 522/1ª de 20 de janeiro. Normas para a Redação de Trabalhos de Investigação.
- Alves, S., & Montoya, A. (1996). Violência: Uma Questão de Moral, 1–10.
- Amado, J. da S., & Freire, I. P. (2002). *Indisciplina e Violência na Escola - Compreender para Prevenir*. Porto: Edições Asa.
- Copeto, R. (2009). *Participação da GNR nas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo*. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Delobbe, N., Herrbach, O., Lacaze, D., & Mignonac, K. (2005). *Comportamento Organizacional: Volume I*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Dicionário Priberam. (2013a). Definição de indisciplina no Dicionário da Língua Portuguesa.
- Dicionário Priberam. (2013b). Definição de violência no Dicionário da Língua Portuguesa. Obtido 10 de Abril de 2017, de <http://www.priberam.pt/dlpo/violência>
- Filipa, A., & Hervet, M. (2016). A (Nova) Lei Tutelar Educativa : Análise Crítica de Magistrados.
- Grácio, J. (2011). *BULLYING (NOVO ?) CRIME DE VIOLÊNCIA ESCOLAR*. Universidade Católica Portuguesa.
- Guarda Nacional Republicana [GNR]. (2011). *NEP/GNR - 3.58 de 06 de Abril (Regulamentação dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR)*. Lisboa: GNR.
- Gyatso, T. (2001). *An Open Heart*. (N. Vreeland, Ed.). Londres: Hodder & Stoughton General Division.
- Jares, X. R. (2002). *Educação e Conflito. Guia de Educação para a Convivência*. Porto: Edições Asa.
- Krug, E. G., Dahlberg, L. L., Mercy, J. A., Zwi, A. B., & Lozano, R. (2002). *World report on violence and health*. Geneva.
- Legislação protecção de crianças - Crianças vs Riscos/Perigos - CNPCJR. (sem data). Obtido 2 de Maio de 2017, de

- http://www.cnpcjr.pt/Manual_Competencias_Comunicacionais/int_legislacao_proterriancas.html
- Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5ª edição). São Paulo: Editora Atlas.
- Maria, F., & Pacheco, C. (2006). A gestão de conflitos na escola a mediação como alternativa.
- Mary, J., Paula, A. De, Maria, L., & Salles, F. (2010). Relação professor - aluno como um dos enfoques de análise da violência escolar.
- Mendes, C. S. (2010). Violência na escola : conhecer para intervir School violence : to know to intervene. *Revista de Enfermagem Referência, II*(12), 71–82.
- Ministério da Administração Interna [MAI]. (2006). *Despacho 252650/2006 de 19 de dezembro: Regulamento do PES, Diário da República, 2ª série, n.º242*.
- O bullying e a lei » Educare - O Portal de Educação. (2015). Obtido 3 de Abril de 2017, de <http://www.educare.pt/opiniaio/artigo/ver/?id=37843>
- Olweus, D. (1993). *Bullying in school: what we know and what we can do*. Oxford: Wiley Backwell.
- Pereira, B. (2002). *Para uma escola sem violência. Estudo e prevenção das práticas agressivas entre crianças*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Poiarses, P. M. L. de B. (2012). *Violência Escolar – Respostas Legais*. Faculdade de Direito UniversidadeNova de Lisboa.
- Polícia de Segurança Pública [PSP]. (sem data). Policia de Segurança Publica :: Programas Especiais :: Escola Segura. Obtido 10 de Março de 2017, de <http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/escolasegura.aspx?menu=4>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª). Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, A. T. M. (2007). *O bullying em contexto escolar estudo de caso*. Porto.
- Sarmiento, M. (2013a). *Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. (U. L. Editora, Ed.) (1.ª ed.). Lisboa.
- Sarmiento, M. (2013b). *Metodologia Científica para a elaboração, escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusída Editora. Obtido de <http://pedagogiaaopedaletra.com/metodologia-cientifica-eva-maria-lakatos/>
- «School bullying» – A (des)necessidade da criminalização da violência escolar | Jornal Penal. (2011). Obtido 3 de Abril de 2017, de <https://jornalpenal.wordpress.com/2011/02/01/school-bullying---a-desnecessidade->

- da-criminalizacao-da-violencia-escolar/
- Sebastião, J. (2013). Violência na escola, processos de socialização e formas de regulação. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 71(February), 23–37.
<https://doi.org/10.7458/SPP2013712328>
- Sebastião, J., Alves, M., & Campos, J. (2010). *Violência na escola e sociedade de risco: uma aproximação ao caso português*. Lisboa: Cosmos.
- Sistema de Segurança Interna [SSI]. (2015). Relatório Anual de Segurança Interna 30 de março de 2015.
- Smith, P. K., Pepler, D., & Rigby, K. (2004). *Bullying in schools: How successful can interventions be?* Cambridge.
- Stelko-Pereira, A. C., & Williams, L. C. D. A. (2010). Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas em Psicologia*, 18(16), 45–55.
- Tiba, I. (2005). *Disciplina, Limite na Medida Certa*. Cascais: Pergaminho.
- Violência: um problema global de saúde pública * Violence: a global public health problem *. (2009). Obtido 29 de Março de 2017, de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v11s0/a07v11s0>

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARTA DE APRESENTAÇÃO



ACADEMIA MILITAR

O Programa “Escola Segura” na prevenção da violência escolar

**Autor: Aspirante-Aluno de Infantaria da GNR Rui Pedro dos Santos
Óscar Pinto**

Orientador: Tenente-Coronel de Cavalaria da GNR Marco Gonçalves

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, março de 2017

Carta de Apresentação

Academia Militar (AM) é um estabelecimento de ensino superior público universitário militar com a finalidade principal de formar oficiais destinados aos quadros permanentes do Exército e da Guarda Nacional Republicana (GNR). Na fase final dos ciclos de estudos integrados, com vista à obtenção do grau de mestre, os Alunos da AM executam um Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), o qual é submetido à apreciação e discussão pública perante um júri, tendo como finalidade a aplicação de competências adquiridas, o desenvolvimento de capacidades e a exposição das suas conclusões, em contexto de investigação, nos domínios da segurança e defesa.

Assim, eu, Aspirante da GNR Rui Pinto, a frequentar o 5.º e último ano do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade Segurança, venho por este meio solicitar a V. EX.^a a colaboração no âmbito desta investigação, dado que existe uma necessidade de realizar entrevistas com vista à recolha de informações, bem esclarecer questões que decorram da investigação, subordinada ao tema : “O programa “Escola Segura” na prevenção da violência escolar: Contributo para uma avaliação do impacto do Programa “Escola Segura” na prevenção da violência escolar, no território de Vila Franca de Xira”.

A presente investigação tem como objetivo estudar a articulação que existe entre o programa “Escola Segura” e as ações desenvolvidas pelas escolas na prevenção da violência escolar, identificando os bloqueios e as potencialidades de colaboração, as linhas de atuação mais aferidas e um possível contributo para futuros mecanismos de prevenção.

A seleção dos entrevistados teve por base os intervenientes no âmbito do Programa Escola Segura na zona de Vila Franca de Xira, de forma a recolher informações dos professores e militares sobre o domínio em estudo.

Assim sendo, solicito a V. Ex.^a que me conceda uma entrevista, tendo em conta que o seu contributo será preponderante para que se atinjam os objetivos propostos na investigação

Grato pela sua disponibilidade.

Atenciosamente,

Rui Pinto

Aspirante GNR-Infantaria

APÊNDICE B – GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 1



ACADEMIA MILITAR

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

INTRODUÇÃO

A presente entrevista possui uma enorme relevância na medida em que o seu desenvolvimento é crucial para a prossecução do Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “O Programa Escola Segura na prevenção da violência escolar”.

Procurámos obter com esta entrevista semiestruturada dados fulcrais para avaliar / caraterizar a forma como se concretiza, ao nível territorial, a articulação entre o Programa Escola Segura e as ações desenvolvidas pelas escolas, na prevenção da violência escolar.

De seguida encontram-se as questões que compõem a entrevista:

1. Quais as formas de manifestação de violência que se registam neste agrupamento?
2. Quais os principais fatores que potenciam estas situações?
3. A quem reportam, os alunos, as situações de violência? De que forma o fazem?
4. Com que frequência a escola solicita a intervenção dos militares do Núcleo da Escola Segura do DT de Vila Franca de Xira, nas situações de violência escolar?
5. Os militares do NES só se dirigem à escola quando solicitados ou fazem um patrulhamento regular na área geográfica do agrupamento?
6. O NES dinamiza ações de sensibilização na escola para as questões da segurança?
7. Que impacto têm estas ações na prevenção da violência escolar?
8. De que forma é concretizada a articulação entre a direção e o núcleo da escola segura do DT Vila Franca de Xira?
9. Quais os pontos fortes e fracos do Programa Escola Segura nesta realidade escolar?
10. Na sua opinião, que medidas/ações a escola propõe para melhorar a eficácia da intervenção do NES na prevenção da violência escolar?

Grato pela sua disponibilidade.

Atenciosamente,

Rui Pinto

Aspirante GNR-Infantaria

APÊNDICE C – GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 2



ACADEMIA MILITAR

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

INTRODUÇÃO

A presente entrevista possui uma enorme relevância na medida em que o seu desenvolvimento é crucial para a prossecução do Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “O Programa Escola Segura na prevenção da violência escolar”.

Procurámos obter com esta entrevista semiestruturada dados fulcrais para avaliar / caraterizar a forma como se concretiza, ao nível territorial, a articulação entre o

Programa Escola Segura e as ações desenvolvidas pelas escolas, na prevenção da violência escolar.

De seguida encontram-se as questões que compõem a entrevista:

1. Em que situações são solicitados, pela escola, a intervir?
2. Quais os principais fatores que considera serem potenciadores da prática da violência escolar?
3. De que forma a intervenção dos militares do NES contribui para a prevenção da violência escolar?
4. Como se efetiva a articulação entre os militares do NES e a direção do Agrupamento na prevenção da violência escolar?
5. Que tipo de ações são desenvolvidas com as escolas no âmbito das questões da segurança?
6. Quais as ações/intervenções que considera mais eficazes? Porquê?
7. Fazem um patrulhamento regular na área geográfica do agrupamento? Com que regularidade?
8. Considera que teve uma formação adequada ao exercício das funções que lhe são atribuídas?
9. Quais os constrangimentos que identifica na sua intervenção?

Grato pela sua disponibilidade.

Atenciosamente,

Rui Pinto

Aspirante GNR-Infantaria

APÊNDICE D – GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 3



ACADEMIA MILITAR

INQUÉRITO POR ENTREVISTA

INTRODUÇÃO

A presente entrevista possui uma enorme relevância na medida em que o seu desenvolvimento é crucial para a prossecução do Relatório Científico do Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema “O Programa Escola Segura na prevenção da violência escolar”.

Procurámos obter com esta entrevista semiestruturada dados fulcrais para avaliar / caraterizar a forma como se concretiza, ao nível territorial, a articulação entre o Programa Escola Segura e as ações desenvolvidas pelas escolas, na prevenção da violência escolar.

De seguida encontram-se as questões que compõem a entrevista:

1. Considera que o Programa Escola Segura tem cumprido os seus objetivos, nomeadamente no que concerne à prevenção da violência escolar?
2. Quais as potencialidades e vulnerabilidades na articulação dos militares do NES e as comunidades escolares?
3. Que ações/intervenções considera importante priorizar para potenciar a intervenção dos militares do NES na prevenção da violência escolar?
4. Que tipo de formação é ministrada aos militares que integram o NES para o exercício das funções que lhes são atribuídas?
5. Numa perspetiva futura, que desafios se colocam à comunidade escolar e representantes institucionais militares, na prevenção da violência escolar?

Grato pela sua disponibilidade.
Atenciosamente,
Rui Pinto
Aspirante GNR-Infantaria

APÊNDICE E – ANÁLISE QUALITATIVA DE RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO TIPO 1

Tabela n.º 1 - Análise qualitativa de resultados das entrevistas do tipo 1

Respostas à questão 1.	
Quais as formas de manifestação de violência que se registam neste agrupamento?	
Diretor do Agrupamento de Vialonga	“São os comuns de todos os agrupamentos, tem muito haver com aquilo que designamos como <i>bullying</i> , tentativas típicas de adolescentes de se provocarem uns aos outros, de se agredirem uns aos outros. Agressividade constante entre os miúdos que é típico deles que te muito haver com esta geração, a facilidade com que dão um encontrão um ao outro, com que se batem. Todos os dias temos casos desses.”
Diretora do Agrupamento da Castanheira do Ribatejo	“Algumas agressões físicas ligeiras; agressões morais frequentes, sobretudo na forma verbal, incluindo utilização de linguagem imprópria (calão) e, por vezes, difamação de alunos/famílias.”
Respostas à questão 2.	
Quais os principais fatores que potenciam estas situações?	
Diretor do Agrupamento de Vialonga	“As condições físicas das escolas, as condições dos espaços das escolas, alteram muito a situação, a nossa escola está muito cheia, os miúdos têm muito pouco espaço físico e isso naturalmente aumenta os confrontos e a violência dos confrontos, esse fator do espaço físico do pouco espaço entre eles acaba por ser uma razão para serem mais agressivos.”
Diretora do Agrupamento da Castanheira do Ribatejo	“Brincadeiras impróprias entre alunos (ex: “carolo”, rasteira, empurrão,...) que extrapolam para violência gratuita, numa perspetiva de defesa ou continuação do ambiente de brincadeira imprópria. Intrigas entre alunos, especialmente nos intervalos.”
Respostas à questão 3.	
A quem reportam, os alunos, as situações de violência? De que forma o fazem?	
Diretor do Agrupamento de Vialonga	“Aqui na escola existe uma tradição de a direção estar sempre disponível para atender os alunos. Naturalmente reportam às funcionárias, mas muito o a nós direção, fazem muito pelos diretores de turma, mas

	normalmente é pelos funcionários. Não temos isso estudado, mas calculo que a maioria dos casos, um grupo muito significativo chega diretamente à direção depois nós redirecionamos para os diretores de turma para estes agilizarem e resolverem a situação.”
Diretora do Agrupamento da Castanheira do Ribatejo	“Mediante a gravidade da situação, podem comunicar diretamente à Direção, aos funcionários ou aos diretores de turma/professores titulares de turma, mediante o preenchimento do registo de ocorrência existente no Agrupamento.”
Respostas à questão 4.	
Com que frequência a escola solicita a intervenção dos militares do Núcleo da Escola Segura do DT de Vila Franca de Xira, nas situações de violência escolar?	
Diretor do Agrupamento de Vialonga	“Felizmente cada vez menos este ano letivo ainda não foi necessário. São chamados em situações que não temos a certeza que ficaram resolvidas, pedimos que a escola segura verifique no trajeto escola casa se os alunos são incomodados. Em situações mais graves, em casos criminais pedimos a intervenção, a intervenção da GNR dentro da escola tem ocorrido cada vez menos, já não existe muito aquela necessidade de chamar para resolver alguma situação, são chamados apenas para casos mais complicados.”
Diretora do Agrupamento da Castanheira do Ribatejo	“Muito raramente, tendo em conta morosidade de resposta (geralmente os militares encontram-se no extremo oposto do Concelho, demorando imenso tempo a chegarem a Castanheira do Ribatejo). Face a este constrangimento, o Agrupamento solicita a intervenção do posto local da GNR.”
Respostas à questão 5.	
Os militares do NES só se dirigem à escola quando solicitados ou fazem um patrulhamento regular na área geográfica do agrupamento?	
Diretor do Agrupamento de Vialonga	“Passam por aqui algumas vezes, quando chamados sim, todos os meses passam aqui pelo menos 3 vezes por mês.”
Diretora do Agrupamento da Castanheira do Ribatejo	“Geralmente, apenas quando solicitados e com alguma dificuldade pouco e tempo para o efeito. Poucas são as vezes que o fazem por autoria própria, numa perspetiva de patrulhamento das imediações das zonas escolares.”
Respostas à questão 6.	
O NES dinamiza ações de sensibilização na escola para as questões da segurança?	

Diretor do Agrupamento de Vialonga	“Sobre violência e segurança menos, depende de como nos organizamos, a relação com eles é muito próxima, colaboram bastante, existe iniciativa deles, é a GNR que propõem as ações.”
Diretora do Agrupamento da Castanheira do Ribatejo	“Sim, com alguma frequência.”
Respostas à questão 7. Que impacto têm estas ações na prevenção da violência escolar?	
Diretor do Agrupamento de Vialonga	“Não lhe consigo fazer uma relação direta, a escola é um pouco a sociedade local, e no geral a violência grave têm diminuído, esta diminuição passa muito pela ação da GNR e em que esta participa. Crescemos para uma cidadania mais responsável, os alunos não têm aquele pavor, já reconhecem alguma empatia na GNR alguém com quem podem contar, a as ações que têm vindo a fazer na escola o que cria uma relação com os alunos.”
Diretora do Agrupamento da Castanheira do Ribatejo	“Muito positivo. Os alunos são muito recetivos. As ações dinamizadas para encarregados de educação têm, infelizmente, pouca adesão do público-alvo.”
Respostas à questão 8. De que forma é concretizada a articulação entre a direção e o núcleo da escola segura do DT Vila Franca de Xira?	
Diretor do Agrupamento de Vialonga	“Temos contacto direto com os militares da escola segura, telefone ou mail, existe uma relação muito próxima.”
Diretora do Agrupamento da Castanheira do Ribatejo	“Através de contato direto presencial no Agrupamento ou por via telefónica, solicitado quer pela Direção, quer pelos Serviços Especializados de Apoio Educativo do Agrupamento.”
Respostas à questão 9. Quais os pontos fortes e fracos do Programa Escola Segura nesta realidade escolar?	
Diretor do Agrupamento de Vialonga	“Pontos fortes: é a presença e o reforçar através de ações, o crescer do numero de atividades entre a GNR e a escola, não consigo encontrar pontos fracos.”

Diretora do Agrupamento da Castanheira do Ribatejo	“Como pontos fracos: A falta de efetivos necessários para o patrulhamento do amplo território/Agrupamentos do Concelho. Como pontos fortes: Disponibilidade e capacidade, acima da média, para a realização de ações de sensibilização para todos os ciclos que são muito do agrado dos nossos alunos e docentes.”
<p>Respostas à questão 10.</p> <p>Na sua opinião, que medidas/ações a escola propõe para melhorar a eficácia da intervenção do NES na prevenção da violência escolar?</p>	
Diretor do Agrupamento de Vialonga	“Gostava que a GNR e as escolas usassem mais os recursos que tem disponíveis, existe uma guarda que faz parte da escola segura, e ela podia vir á escola e sendo uma jovem porque decidiu ir para a guarda e que impacto isso teve na vida dela, estamos muito formatados a usar sempre os mesmos recursos. Temos que deixar de lhe dar aquele pendão de briga à violência e que faz parte do crescimento. Usar a guarda para partilhar histórias e experiências, mas é a escola que tem que criar esses momentos. Criar sessões de partilha de histórias entre a GNR e os alunos falar histórias que enquadrassem a aplicação da lei.”
Diretora do Agrupamento da Castanheira do Ribatejo	“Aumentando o patrulhamento destes efetivos junto das imediações das escolas e com intervenções surpresa nas instalações escolares. A simples presença assídua de agentes de autoridade nas escolas e/ou imediações é um fator determinante para dissuadir muitos comportamentos incorretos por parte dos alunos.”

APÊNDICE F – ANÁLISE QUALITATIVA DE RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO TIPO 2

Tabela n.º 2 - Análise qualitativa de resultados das entrevistas do tipo 2

Respostas à questão 1.	
Em que situações são solicitados, pela escola, a intervir?	
E1	“Situações de agressões entre alunos, maus tratos a menores, violência no namoro, furtos, perturbação do meio escolar.”
E2	“Situações de agressões entre alunos, maus tratos a menores, violência no namoro, furtos, perturbação do meio escolar.”
E3	“Os militares da Secção Programas Especiais, são solicitados a intervir nas escolas em situações de ilícitos criminais (Furtos, roubos, ofensas à integridade física, posse/ uso de arma branca, ameaças, injúrias/difamação, <i>Bullying/ cyberbullying</i> , "etc.) e outras incivilidades.”
Respostas à questão 2.	
Quais os principais fatores que considera serem potenciadores da prática da violência escolar?	
E1	“Desvios comportamentais de família, consumo de álcool e estupefacientes.”
E2	“Desvios comportamentais de família, consumo de álcool e estupefacientes.”
E3	“Menores que descendem de famílias destruídas. Jovens que revelam défice de respeito pelos valores e instituições ou falta de educação.”
Respostas à questão 3.	
De que forma a intervenção dos militares do NES contribui para a prevenção da violência escolar?	
E1	“Os militares do SPE, contribuem de uma forma proactiva, adequando respostas aos problemas correspondentes às várias escolas.”
E2	“Os militares do SPE, contribuem de uma forma proactiva, adequando respostas aos problemas correspondentes às várias escolas.”
E3	“A proximidade dos militares do SPE, propicia a transmissão de valores e exemplos que muitas vezes as famílias alheiam-se de o fazer. Os militares do SPE desenvolvem várias ações de sensibilização junto da população jovem sobre as preocupações com a sua segurança. As mensagens que lhes são transmitidas, são preocupações que eles se revêm no seu dia-a-dia.”
Respostas à questão 4.	

Como se efetiva a articulação entre os militares do NES e a direção do Agrupamento na prevenção da violência escolar?	
E1	“O SPE articula ações de sensibilização, nas quais são abordados diversos temas relacionados com a violência escolar.”
E2	“O SPE articula ações de sensibilização, nas quais são abordados diversos temas relacionados com a violência escolar.”
E3	“Existe uma estreita ligação. Desde um telemóvel de serviço que é divulgado ao início do ano letivo aos responsáveis dos Agrupamentos e escolas, como no contato regular com os responsáveis das escolas, associações de pais e alunos, além das autarquias locais e outras instituições com responsabilidades na segurança da comunidade escolar.”
Respostas à questão 5. Que tipo de ações são desenvolvidas com as escolas no âmbito das questões da segurança?	
E1	“São desenvolvidas ações de sensibilização, cujos temas variam consoante a problemática a abordar. Os temas frequentemente abordados são: <i>Bullying</i> , <i>Cyberbullying</i> , violência no namoro, prevenção rodoviária, abusos sexuais, internet segura e criminalidade em geral.”
E2	“São desenvolvidas ações de sensibilização, cujos temas variam consoante a problemática a abordar. Os temas frequentemente abordados são: <i>Bullying</i> , <i>Cyberbullying</i> , violência no namoro, prevenção rodoviária, abusos sexuais, internet segura e criminalidade em geral.”
E3	“Prevenção rodoviária, <i>Bullying/ cyberbullying</i> , violência no namoro, prevenção do abuso sexual, segurança em casa e no caminho escola/casa, Internet Segura, prevenção do consumo de estupefacientes e álcool, etc.”
Respostas à questão 6. Quais as ações/intervenções que considera mais eficazes? Porquê?	
E1	“ <i>Bullying</i> , prevenção rodoviária, internet segura e criminalidade em geral. Porque são temas mais usais a nível quotidiano.”
E2	“ <i>Bullying</i> , prevenção rodoviária, internet segura e criminalidade em geral. Porque são temas mais usais a nível quotidiano.”
E3	“As intervenções mais eficazes são aquelas que abordam as preocupações que eles sentem naquele exato momento. A internet Segura, talvez seja aquela que tem tido mais impacto junto dos jovens, porque eles usam as novas tecnologias com bastante frequência no dia-a-dia.”

Respostas à questão 7.	
Fazem um patrulhamento regular na área geográfica do agrupamento? Com que regularidade?	
E1	“Sim. É feito patrulhamento diariamente a todos os agrupamentos da ZA deste Destacamento.”
E2	“Sim. É feito patrulhamento diariamente a todos os agrupamentos da ZA deste Destacamento.”
E3	“Sim. Diariamente são dirigidas patrulhas para as escolas da ZA deste DTer.”
Respostas à questão 8.	
Considera que teve uma formação adequada ao exercício das funções que lhe são atribuídas?	
E1	“Não tive qualquer formação para o desempenho das funções em apreço.”
E2	“Não tive qualquer formação para o desempenho das funções em apreço.”
E3	“Não.”

APÊNDICE G – ANÁLISE QUALITATIVA DE RESULTADOS DAS ENTREVISTAS DO TIPO 3

Tabela n.º 3 - Análise qualitativa de resultados das entrevistas do tipo 3

Respostas à questão 1.	
Considera que o Programa Escola Segura tem cumprido os seus objetivos, nomeadamente no que concerne à prevenção da violência escolar?	
Major Poiares	“Tem cumprido os seus objetivos a nível daquilo que é considerado um dos seus principais objetivos que é o aumento do sentimento de segurança da população da comunidade escolar. Relativamente aquilo que são resultados a nível das estatísticas, tem se detetado um aumento o que tem levado a guarda a adaptar a sua estratégia para fazer face a este aumento.”
Respostas à questão 2.	
Quais as potencialidades e vulnerabilidades na articulação dos militares do NES e as comunidades escolares?	
Major Poiares	<p>“Pontos fortes: a proximidade, militares com alguns anos de experiência dentro da comunidade, contributo ao nível da formação.</p> <p>Pontos fracos: Até que ponto colocar forças de segurança não vai criar um sentimento de controlo sobre as crianças que as desabilite de estarem tão preparadas a viver num mundo de inseguranças. Não é quantificável, mas em algumas situações a população quer mais militares dentro das escolas”</p>
Respostas à questão 3.	
Que ações/intervenções considera importante priorizar para potenciar a intervenção dos militares do NES na prevenção da violência escolar?	
Major Poiares	“São aquelas que estão previstas, prevenção de comportamentos violentos, depende da dinâmica de cada NES e a situação de cada escola.”
Respostas à questão 4.	
Que tipo de formação é ministrada aos militares que integram o NES para o exercício das funções que lhes são atribuídas?	

Major Poiares	“Existe uma formação geral para todos os programas especiais, e em 2012 esta era dada aos militares mas desde então nunca mais houve, está prevista uma reestruturação dos programas especiais, tornando-os uma especialização. Neste momento esta formação não tem sido administrada.”
<p>Respostas à questão 5.</p> <p>Numa perspetiva futura, que desafios se colocam à comunidade escolar e representantes institucionais militares, na prevenção da violência escolar?</p>	
Major Poiares	“O principal desafio é a dinâmica e a velocidade com que as relações humanas se dão neste momento potenciadas pela internet. Há muitas mais relações e interatividade entre os jovens. Estes estão sempre em contacto constante quer na escola ou em casa. Havendo maior interatividade vai haver mais conflitos e gerar mais violência.”

APÊNDICE H – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO

Este questionário enquadra-se no âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada em Ciências Militares. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos, sendo o questionário anónimo e confidencial.

Solicitamos que responda de forma sincera a todas as questões, **assinalando com uma cruz (X) a sua opção de resposta.**

Obrigada pela colaboração.

1. Idade : _____ anos

2. Ano de escolaridade: _____

3. Género

☐ Masculino ☐ Feminino

4. Na escola, já foste vítima de agressões?

☐ Sim ☐ Não

5. Se sim, quantas vezes?

☐ 1 a 3 vezes

☐ 4 a 6 vezes

☐ + 7 vezes

6. Em que local da escola te agrediram?

☐ Sala de aula

☐ Intervalo

☐ Percurso escola / casa

☐ Outro Qual? _____

7. Fizeste queixa?

☐ Sim ☐ Não

8. Se sim, a quem te dirigiste?

☐ Professor

☐ Direção

☐ Funcionária

☐

Outro Qual? _____

9. Na tua escola já participaste em algumas ações dinamizadas pelos militares da Escola Segura?

☐ Sim ☐ Não

10. Achas que estas ações contribuem para a diminuição da violência na escola?

☐ Sim ☐ Não

11. Costumas ver militares da Escola Segura junto à tua escola?

☐ Sim ☐ Não

12. Com que frequência?

☐ 1 a 3 vezes por semana
☐ 4 a 6 vezes por semana
☐ + 7 vezes por semana

13. Consideras que a presença dos militares da Escola Segura na tua escola contribui para a prevenção das situações de violência?

☐ Sim ☐ Não

14. Sentes-te seguro na tua escola?

☐ Sim ☐ Não

Porquê?

APÊNDICE I - RELAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO COM O GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 1

Tabela n.º 4 - Quadro resumo das questões de investigação e do guião de entrevista do tipo 1

Questão Central	Questões derivadas	Guião de Entrevista
De que forma a intervenção dos militares da GNR, que integram o Núcleo da Escola Segura do Destacamento territorial de Vila Franca de Xira em articulação com os órgãos de gestão das escolas potencia a prevenção da violência escolar?	De que forma a intervenção dos militares da GNR, que integram o Núcleo da Escola Segura do Destacamento territorial de Vila Franca de Xira em articulação com os órgãos de gestão das escolas potencia a prevenção da violência escolar?	1. Na sua opinião, que medidas/ações a escola propõe para melhorar a eficácia da intervenção do NES na prevenção da violência escolar?
		2. Quais os principais fatores que potenciam estas situações?
		3. A quem reportam, os alunos, as situações de violência? De que forma o fazem?
		4. Com que frequência a escola solicita a intervenção dos militares do Núcleo da Escola Segura do DT de Vila Franca de Xira, nas situações de violência escolar?
	Qual é a articulação existente entre o NES e a comunidade escolar, para a prossecução dos objetivos das ações desenvolvidas?	5. Os militares do NES só se dirigem à escola quando solicitados ou fazem um patrulhamento regular na área geográfica do agrupamento?
		6. O NES dinamiza ações de sensibilização na escola para as questões da segurança?
		7. Que impacto têm estas ações na prevenção da violência escolar?

		8. De que forma é concretizada a articulação entre a direção e o núcleo da escola segura do DT Vila Franca de Xira?
	Será que, professores e alunos percecionam da mesma forma a intervenção dos militares do NES na prevenção da violência escolar?	9. Quais os pontos fortes e fracos do Programa Escola Segura nesta realidade escolar?
		10. Na sua opinião, que medidas/ações a escola propõe para melhorar a eficácia da intervenção do NES na prevenção da violência escolar?

APÊNDICE J – RELAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO COM O GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 2

Tabela n.º 5 - Quadro resumo das questões de investigação e do guião de entrevista do tipo 2

Questão Central	Questões derivadas	Guião de Entrevista
De que forma a intervenção dos militares da GNR, que integram o Núcleo da Escola Segura do Destacamento territorial de Vila Franca de Xira em articulação com os órgãos de gestão das escolas potencia a prevenção da violência escolar?	De que forma a intervenção dos militares da GNR, que integram o Núcleo da Escola Segura do Destacamento territorial de Vila Franca de Xira em articulação com os órgãos de gestão das escolas potencia a prevenção da violência escolar?	1. Em que situações são solicitados, pela escola, a intervir?
		2. Quais os principais fatores que considera serem potenciadores da prática da violência escolar? De que forma a intervenção dos militares do NES contribui para a prevenção da violência escolar?
		3. De que forma a intervenção dos militares do NES contribui para a prevenção da violência escolar?
		4. Como se efetiva a articulação entre os militares do NES e a direção do Agrupamento na prevenção da violência escolar?
	Qual é a articulação existente entre o NES e a comunidade escolar, para a prossecução dos objetivos das ações desenvolvidas?	5. Que tipo de ações são desenvolvidas com as escolas no âmbito das questões da segurança?
		6. Quais as ações/intervenções que considera mais eficazes? Porquê
		7. Fazem um patrulhamento regular na área geográfica do agrupamento? Com que regularidade?

		8. Considera que teve uma formação adequada ao exercício das funções que lhe são atribuídas?
	Será que, professores e alunos percecionam da mesma forma a intervenção dos militares do NES na prevenção da violência escolar?	9. Quais os constrangimentos que identifica na sua intervenção

APÊNDICE K - RELAÇÃO DAS QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO COM O GUIÃO DE ENTREVISTA DO TIPO 3

Tabela n.º 6 - Relação das questões de investigação com o guião de entrevista do tipo 3

Questão Central	Questões derivadas	Guião de Entrevista
De que forma a intervenção dos militares da GNR, que integram o Núcleo da Escola Segura do Destacamento territorial de Vila Franca de Xira em articulação com os órgãos de gestão das escolas potencia a prevenção da violência escolar?	De que forma a intervenção dos militares da GNR, que integram o Núcleo da Escola Segura do Destacamento territorial de Vila Franca de Xira em articulação com os órgãos de gestão das escolas potencia a prevenção da violência escolar?	1. Considera que o Programa Escola Segura tem cumprido os seus objetivos, nomeadamente no que concerne à prevenção da violência escolar?
		5. Numa perspetiva futura, que desafios se colocam à comunidade escolar e representantes institucionais militares, na prevenção da violência escolar?
	Qual é a articulação existente entre o NES e a comunidade escolar, para a prossecução dos objetivos das ações desenvolvidas?	2. Quais as potencialidades e vulnerabilidades na articulação dos militares do NES e as comunidades escolares?
		3. Que ações/intervenções considera importante priorizar para potenciar a intervenção dos militares do NES na prevenção da violência escolar?
		4. Que tipo de formação é ministrada aos militares que integram o NES para o exercício das funções que lhes são atribuídas?
	Será que, professores e alunos percecionam da mesma forma a intervenção dos militares do	

	NES na prevenção da violência escolar?	
--	--	--

ANEXOS

ANEXO A - AUTORIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS PELA DIREÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO

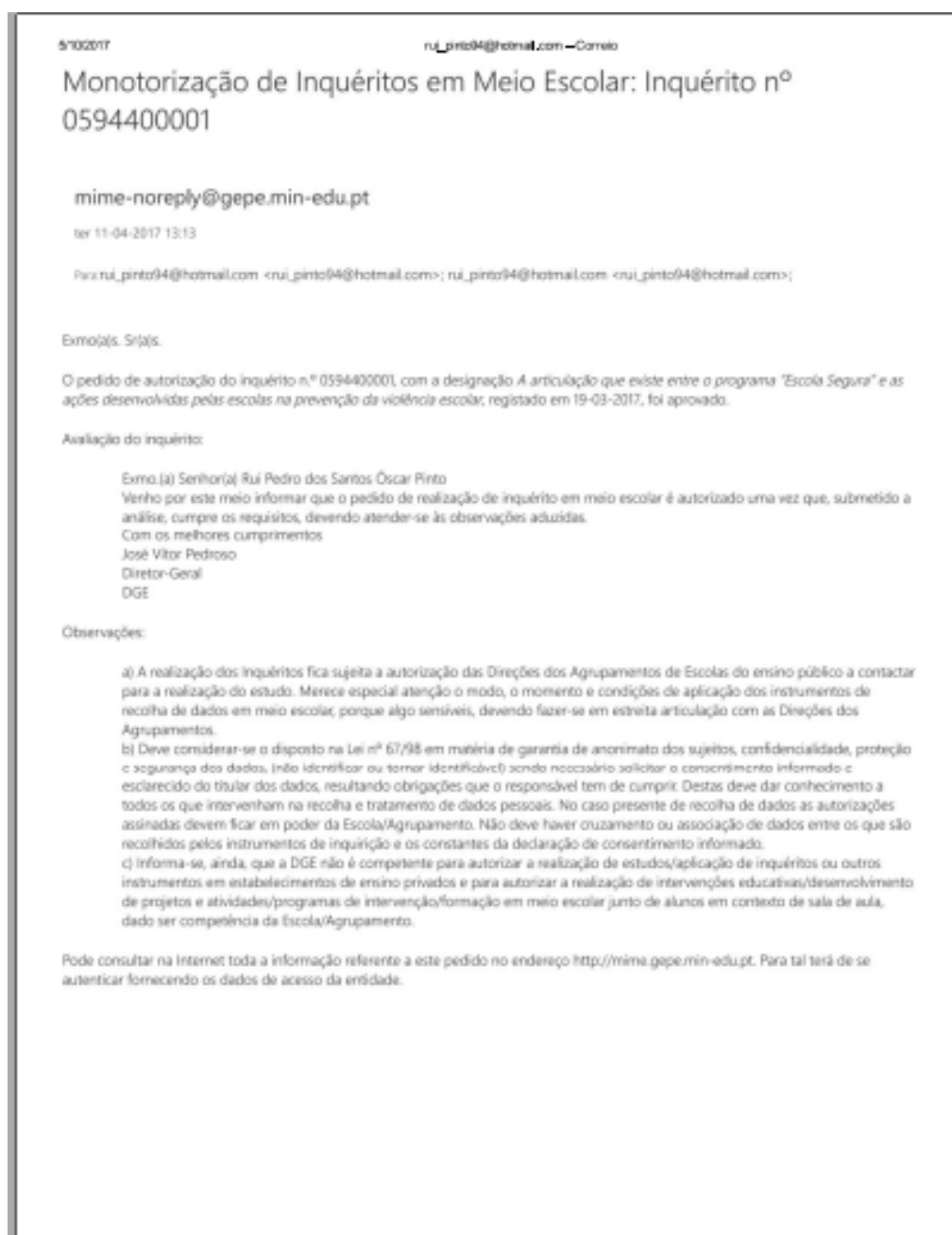


Figura n.º 26 - Autorização da aplicação dos questionários pela Direção geral da Educação

Fonte: Outlook